



RELATÓRIO E CONTAS

Exercício de 2016

Índice

ÓRGÃOS SOCIAIS	5
1. A ECONOMIA	9
1.1 ECONOMIA MUNDIAL	9
1.2 ECONOMIA PORTUGUESA	11
1.2.1 A Economia	11
1.2.2 O Mercado Segurador	13
2. A N SEGUROS EM 2016	15
2.1. PRODUÇÃO	17
2.1.1. Volume de Prémios	17
2.1.1.1. Prémios Brutos Emitidos (PBE)	17
2.1.1.2. Prémios Adquiridos e Prémios Adquiridos líquidos de resseguro	17
2.1.2. Nº de Apólices e Nº de Clientes	18
2.1.3. Quota de Mercado	18
2.2. SINISTRALIDADE	19
2.2.1. Taxa de Sinistralidade	19
2.2.2. Taxa de Encerramento	20
2.3. RESSEGURO	20
2.4. ANÁLISE FINANCEIRA	21
2.4.1. Resultado Antes de Impostos e Resultado Líquido	21
2.4.2. Resultado Operacional	22
2.4.3. Custos por Natureza	22
2.4.4. Investimentos e Liquidez	23
2.4.5. Garantias Financeiras – Rácio de Solvência	24
2.4.6. Aplicação de Resultados	24
2.5. POSICIONAMENTO E IMAGEM	24
2.5.1. Posicionamento	24
2.5.2. Comunicação Promocional	25
2.6. PRINCIPAIS PROJETOS DESENVOLVIDOS EM 2016	25
2.6.1. Novo Sistema Integrado de Gestão de Seguros (Programa Viriato)	25
2.6.2. Site da N Seguros – Novos Desenvolvimentos	25
2.6.3. Gestão de Protocolos e Grupos de affinities	26
2.6.3. Programas de Fidelização e Captação de Clientes	26
2.7. RECURSOS HUMANOS	27
2.7.1. Quadro de Pessoal	27
3. PERSPETIVAS 2017	29
3.1 A N SEGUROS	29
4. DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL E AO ESTADO	29
5. OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA COMPANHIA EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS	30

6. AÇÕES DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS.....	30
7. DISPOSIÇÕES FINAIS	30
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	33
NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41
CERTIFICAÇÕES	113

Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente	Vitor José Melícias Lopes
Secretário	Carla Fernanda dos Santos Cadilhe

Conselho de Administração

Presidente	Fernando Dias Nogueira
Administrador	António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
Administrador	Paulo José Martins Jorge da Silva

Conselho Fiscal

Presidente	José Augusto Perestrello Alarcão Troni
Vogal	António Pedro de Sá Alves Sameiro
Vogal	Armindo Marques Matias
Vogal Suplente	Manuel Quelhas Gomes

Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Representada por Ana Cristina Soares Valente Dourado
Suplente: Silvia Cristina de Sá Velho Correia da Silva Gomes



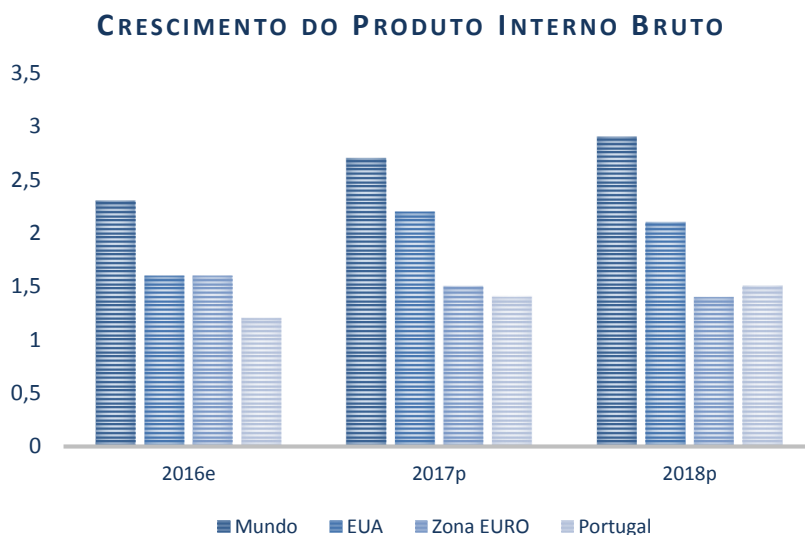
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exercício de 2016

1. A ECONOMIA

1.1 Economia Mundial

Em 2016, as estimativas do Banco Mundial apontam para um crescimento económico global de 2,3%. As economias mais desenvolvidas permaneceram, durante o último ano, mergulhadas num cenário de crescimento lento, com baixas taxas de inflação e um reduzido nível de investimento. Este arrefecimento global foi, em parte, justificado pela fraca *performance* dos Estados Unidos, a qual ficou abaixo do expectável devido à quebra do investimento e das exportações. Adicionalmente, o ritmo de crescimento económico, na China, voltou a abrandar, apesar de continuar a impulsionar o comércio mundial, tendo o Banco Mundial estimado um valor de 6,7% para 2016 (6,9% em 2015 e 7,3% em 2014).



Fonte: Banco Mundial e Banco de Portugal

No que se refere à Zona Euro, em 2016, assistimos à desaceleração do ritmo de crescimento económico em 0,4 p.p., estabilizando nos 1,6%. A procura interna abrandou e as exportações não se evidenciaram. No entanto, o consumo privado continuou a ser o principal motor da recuperação económica.

Apesar do nível de investimento baixo, em particular, na periferia e de um desempenho anémico, aliado a incertezas políticas relacionadas com o processo de desvinculação do Reino Unido (*Brexit*) e a eventuais impactos da recente eleição americana, a confiança na Zona Euro tem sido persistente.

Ao longo de 2016, as condições de financiamento melhoraram de forma consistente, no entanto, poder-se-á voltar a sentir alguma tensão no mercado de dívida soberana, em particular, nas economias mais frágeis da Zona Euro, caso haja necessidade de inverter a política de *quantitative easing* por parte do Banco Central Europeu.

No que concerne às economias em desenvolvimento e mercados emergentes, estima-se que o ritmo de crescimento abrande em 0.1 p.p., face a 2015, fixando-se nos 3,4%, condicionado pelas incertezas relativas ao comércio internacional e ao enfraquecimento da produção decorrente de um investimento débil. Ainda assim, o Banco Mundial prevê que o crescimento recupere, em 2017, e atinja os 4,2%.

Nos mercados financeiros, o ano foi marcado por alguma volatilidade. Os mercados europeus registaram uma *performance* pior que em 2015, com a bolsa portuguesa e espanhola a cair 11,9% e 2%, respetivamente. O *Brexit*, no Reino Unido, e algumas perturbações no setor financeiro, com particular destaque para a crise no *Deutsche Bank*, causaram perdas significativas nas bolsas europeias.

Os três principais índices bolsistas americanos, Nasdaq, Dow Jones e S&P 500, apresentaram crescimentos expressivos e renovaram máximos históricos em diversas ocasiões durante o ano de 2016.

Apesar do início conturbado, 2016 acabou por ser um ano positivo nos mercados financeiros, com particular destaque para o índice bolsista brasileiro que valorizou 38,9%, em 2016, quando, em 2015, registou uma perda de 13,3%.

	PAÍS	ÍNDICE	VAR. % 2016
Europa	Alemanha	DAX	6,9%
	França	CAC 40	4,9%
	Portugal	PSI 20	-11,9%
	Espanha	IBEX 35	-2,0%
EUA		Nasdaq	5,9%
		S&P 500	9,5%
		Dow Jones I.A.	13,4%
Ásia	Japão	Nikkei 225	0,4%
América Latina	Brasil	Bovespa	38,9%

Fonte: Bloomberg

No mercado cambial destaca-se a depreciação do euro que, no fecho do ano, registou uma perda de 3,2% face ao dólar, uma desvalorização de 5,7% para o iene e uma valorização de 15,9% em comparação com a libra.

O dólar desvalorizou 2,8% face ao iene, enquanto a moeda chinesa perdeu 6,7% face ao dólar.

1.2 Economia Portuguesa

1.2.1 A Economia

Segundo a estimativa do Banco de Portugal (BdP), o ritmo de crescimento da economia portuguesa abrandou, em 2016, e deverá manter-se lento nos próximos anos. As previsões apontam para uma variação do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,2% e estimam-se crescimentos de 1,4% e 1,5%, em 2017 e 2018, respetivamente. No entanto, à data, já é possível constatar, pela estimativa rápida do Instituto Nacional de Estatística (INE), que o quarto trimestre ficou marcado por uma melhoria do consumo interno e do investimento, o que deverá elevar a taxa de crescimento para 1,4%.

Em 2016, a procura interna continua a ser a componente do PIB que determina a dinâmica de crescimento da economia nacional, apesar da desaceleração verificada, devido à quebra do investimento e do consumo privado, o qual apresentou crescimentos mais expressivos no primeiro e quarto trimestres do ano.

	2016p	2017p	2018p
Produto Interno Bruto	1,2	1,4	1,5
Consumo Privado	2,1	1,3	1,4
Consumo Público	1	0	0,4
Formação Bruta de Capital Fixo	-1,7	4,4	4,3
Procura Interna	1,2	1,5	1,7
Exportações	3,7	4,8	4,6
Importações	3,5	4,8	4,9

Fonte: Banco de Portugal; tva, em %

O consumo público aumentou ligeiramente, mas deverá manter-se estável devido ao escrutínio dos mercados, que tenderão a penalizar aumentos de despesa pública e à incerteza da continuidade dos programas de estímulo monetário do BCE.

A formação bruta de capital fixo (FBCF), no atual cenário, será crucial para a recuperação da economia portuguesa. Em 2016, e segundo a estimativa do Banco de Portugal, o investimento diminuiu 1,7%, o que se explica, em larga medida, pelas quedas registadas na FBCF da construção e das máquinas e equipamentos, resultante do fraco investimento público e do adiamento de decisões de investimento, conjugado com a manutenção de um nível de utilização da capacidade produtiva abaixo, ainda, da média histórica.

Ao nível da evolução do comércio internacional assistimos à redução das exportações para Angola, em cerca de 40%, com a paragem de uma refinaria, no início do ano, a ter, também, um efeito desfavorável. No entanto, no terceiro trimestre, verificou-se uma aceleração da procura externa relacionada com bens (com exceção do setor energético) e a recuperação das exportações de serviços, excluindo turismo. Nota-se, apesar de tudo, uma resiliência das exportações para países da União Europeia cujo contributo se mantém elevado.

O mercado de trabalho acabou por revelar uma evolução positiva, com destaque para o segundo e terceiro trimestres, com a taxa de desemprego a descer para 10,5% entre julho e setembro (valor mais baixo desde 2009), estabilizando nos 11,4% para o ano de 2016. Espera-se que, em 2017, o emprego continue a aumentar e o desemprego diminua, no entanto, não se antevê uma aceleração expressiva na criação de emprego.

A inflação manteve-se baixa e sem alteração, registando um valor em linha com o ano transato (0,6%). Porém, é expectável a sua aceleração, em consequência do esperado aumento do preço do petróleo para 2017, o que deverá elevar a taxa de inflação para 1,5%.

O presente desempenho da economia portuguesa implica uma convergência mais lenta com a Zona Euro, onde as taxas de crescimento, em 2016, apresentaram uma variação de 1,6%, devendo acelerar para 2,2%, em 2017.

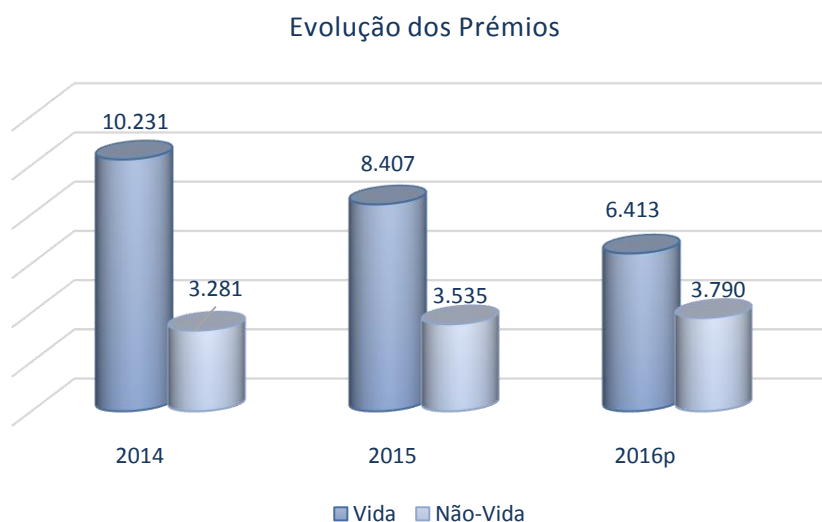
As previsões para o próximo ano apontam para uma continua, mas moderada, recuperação económica, antevendo-se um fortalecimento do crescimento, sustentado numa evolução positiva do investimento e das exportações, com um ligeiro aumento da inflação, redução do desemprego e a continuação da desalavancagem do sector público e privado. Para tal, será necessário um ambiente financeiro global estável que favoreça o crescimento. Os principais riscos estão relacionados com a existência de

vulnerabilidades que afetam a avaliação externa e pressionam o prémio da dívida soberana. Existe, ainda, o aumento dos custos de financiamento que poderão advir de uma eventual mudança na política monetária do BCE, ou ainda, o possível fim do ciclo de taxas de juro muito baixas, anunciado pelo aumento das yields norte-americanas. A isto junta-se a grande incerteza política no mundo e, em particular, na Zona Euro, onde alguns resultados eleitorais poderão criar algumas dificuldades no processo de integração europeu.

1.2.2 O Mercado Segurador

De acordo com a informação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), no ano de 2016, a produção de seguro direto fixou-se nos 10,2 mil milhões de euros, o que representa uma queda de 14,6% em relação ao ano transato. Tal como em 2015, o desempenho negativo foi influenciado pelo comportamento do ramo Vida, o qual apresentou uma variação de -23,7%, enquanto os ramos Não Vida cresceram 7,2%, contribuindo para este crescimento, de forma expressiva, o acréscimo de 13,2% na modalidade de acidentes de trabalho.

Em 2016, os ramos Não Vida representaram 37% do total da produção e o ramo Vida 63%. Considerando as perspetivas de evolução da economia portuguesa, espera-se que os ramos Não Vida continuem a crescer, nos próximos anos, pese embora a evolução global do setor seja, ainda, muito afetada pelo ramo Vida, o qual deverá continuar a apresentar perdas, no curto prazo.



Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

O ramo Vida apresentou uma perda de produção de cerca de 2 mil milhões de euros em 2016, fixando-se agora nos 6,4 mil milhões de euros. Esta evolução menos positiva é reflexo dos níveis das taxas de juro que se mantêm historicamente baixos, desincentivando os produtos de poupança.

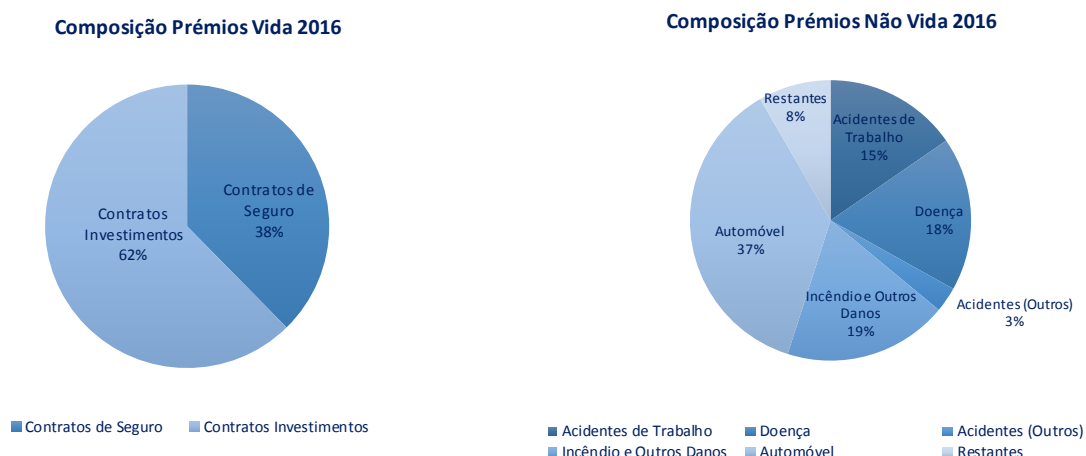
Desempenho diferente tiveram os ramos Não Vida, registando uma evolução positiva, com especial destaque para o ramo Acidentes e Doença, com a modalidade Acidentes de Trabalho a refletir a evolução da atividade económica e o início do processo de correção tarifária, crescendo 13,2%. Em 2016, o segmento Doença continuou a registar crescimento, com uma variação de 10%, aproximando-se dos 700 milhões de euros.

No que se refere aos outros ramos Não Vida, a tendência foi, também, de crescimento, com uma variação de 6,7%. Este resultado deriva, porém, de dois efeitos contrários: enquanto os ramos Transportes e Mercadorias Transportadas diminuíram 7,3%, os ramos Responsabilidade Civil e Diversos registaram um desempenho positivo, com crescimentos de 6% e 11,7%, respetivamente.

	2014	2015	2016p	Δ 16/15
VIDA	10.231	8.407	6.413	-23,7%
Contratos de Seguros	4.315	3.342	2.415	-27,7%
Vida Não Ligados	4.253	3.303	2.380	-27,9%
Vida Ligados	61	38	34	-11,0%
Capitalização	0	0	0	
Contratos de Investimento	5.916	5.065	3.998	-21,1%
Vida Não Ligados	3.960	2.989	2.370	-20,7%
Vida Ligados	1.949	2.076	1.628	-21,6%
Capitalização	7	1	0	-100,0%
NÃO-VIDA	3.281	3.535	3.790	7,2%
Acidentes e Doença	1.102	1.233	1.365	10,7%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	451	515	583	13,2%
<i>Doença</i>	554	612	672	9,9%
<i>Acidentes (Outros)</i>	97	106	110	3,6%
Incêndio e Outros Danos	666	699	717	2,6%
Automóvel	1.236	1.307	1.392	6,5%
Restantes	277	297	316	6,7%
TOTAL	13.512	11.942	10.203	-14,6%

Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

O ramo Automóvel apresentou, em 2016, um crescimento de 6,5%, representando 37% dos prémios totais dos ramos Não Vida, consolidando o crescimento verificado em 2015. De acordo com a informação da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), as modalidades do ramo Automóvel tiveram, em 2016, um crescimento positivo. A modalidade de Responsabilidade Civil, que representa 62,2% dos prémios, apresentou um crescimento de 2,5% (claramente acima dos últimos anos), enquanto as modalidades de Pessoas Transportadas e Veículos Terrestre cresceram 2,2% e 6,8%, respetivamente.



Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

2. A N SEGUROS EM 2016

Em 2016, a N Seguros, S.A. prosseguiu o seu plano estratégico, através de uma atuação rigorosa, assegurada por uma equipa experiente, procurando garantir um crescimento sustentado, através de uma intensiva seleção de risco e dum modelo organizacional baseado na eficiência operacional e num serviço de qualidade.

Com efeito, a operacionalização do plano estratégico da Companhia incidiu na revisão da sua política de subscrição e modelos tarifários, no aperfeiçoamento das ferramentas tecnológicas que suportam o seu processo de distribuição, na otimização e automatização de procedimentos internos, na melhoria dos programas de comunicação e interação com os clientes e no reforço das ações desenvolvidas com parceiros externos.

A política de gestão operacional e controlo de custos tem-se revelado fundamental para o equilíbrio do modelo de negócio da Companhia e decisivo para o prosseguimento dos seus objetivos estratégicos.

No exercício em análise, e no que se refere à evolução dos prémios adquiridos, a N Seguros apresentou um crescimento global de 2,3%, com o ramo Automóvel a crescer 2,5%.

Tendo em vista a aposta nos segmentos de menor risco, destaca-se a evolução positiva do produto “N Moto” e da produção decorrente dos protocolos comerciais, os quais apresentaram, respetivamente, crescimentos de 36% e 107%, num total de 5,1%, dos prémios adquiridos da Companhia. É de salientar, ainda, que as coberturas do ramo Automóvel com maior rentabilidade apresentaram crescimentos interessantes, com destaque para as Pessoas Transportadas e Assistência e Proteção Jurídica que, no seu conjunto, representaram, em 2016, 24,1% dos prémios adquiridos, com um crescimento de 12,2%.

Não obstante o crescimento dos prémios emitidos e adquiridos, apesar da maior eficiência nos investimentos em marketing e publicidade e do crescimento do prémio médio das apólices novas (7,5%), os prémios captados, em 2016, ficaram aquém do exercício anterior (-8.2%), embora acima da média dos últimos 5 anos.

Em 2016, a implementação de medidas associadas à eficiência organizacional, assim como um rigoroso controlo de custos, assegurou a redução do *cost ratio* (que inclui todos os custos de aquisição) para os 29% - uma redução de 3,4 p.p.

Apesar de um desempenho positivo ao nível da receita, o exercício de 2016 foi significativamente afetado pelo aumento dos Custos com Sinistros (CCS) do ramo Automóvel, em particular, ao nível da cobertura de Responsabilidade Civil, a qual apresentou um crescimento de 26,6%, com consequências bastante negativas para o resultado do exercício.

Adicionalmente, o impacto dos resultados financeiros foi particularmente penalizador, tendo em conta a redução dos proveitos (-42%), bem como o efeito, não recorrente, das imparidades geradas pelos títulos da *Portugal Telecom International Finance* transmitidas para a OI, S.A..

Em conclusão, o resultado negativo verificado em 2016, resultou, no essencial, do crescimento dos Custos com Sinistros e das perdas verificadas ao nível dos resultados financeiros. Não obstante o resultado do exercício, o esforço contínuo de implementação de medidas direcionadas para uma melhor seleção do risco, uma maior

eficiência organizacional e de investimentos, bem como uma dinâmica comercial mais eficaz, permitem sustentar a expectativa de uma melhoria substancial nos resultados futuros da Companhia.

2.1. Produção

2.1.1. Volume de Prémios

2.1.1.1. Prémios Brutos Emitidos (PBE)

Em 2016, a Companhia apresentou um crescimento global dos Prémios Brutos Emitidos de 1,5%, com o ramo Automóvel (incluindo as coberturas de assistência em viagem e proteção jurídica) a crescer 1,7%, mas com contributos muito diferenciados ao nível das várias coberturas: Responsabilidade Civil, Pessoas Transportadas e Assistência em Viagem e Proteção Jurídica cresceram 0,7%, 6,6% e 10,8%, respetivamente, enquanto as coberturas de Danos Próprios contraíram 7,5%.

O ramo de Acidentes e Doença reduziu 13,8%, contribuindo negativamente para a evolução dos PBE.

Adicionalmente, importa referir que, em 2016, os contratos subscritos sem fracionamento apresentaram um peso importante na totalidade dos contratos novos (cerca de 47%, no ramo Automóvel), resultando num maior volume de Prémios Brutos Emitidos.

(Milhares de euros)

	2015	2016	Var. 16/15
Prémio Brutos Emitidos	11.793	11.967	1,5%

2.1.1.2. Prémios Adquiridos e Prémios Adquiridos líquidos de resseguro

Em 2016, a variação da provisão para prémios não adquiridos foi de, aproximadamente, 169 mil euros. Este aumento resultou, em parte, do efeito do crescimento dos PBE e, sobretudo, do aumento do número de contratos em carteira sem fracionamento ou com fracionamento semestral, os quais cresceram 4,4%, enquanto os contratos com fracionamento trimestral e mensal reduziram 18%.

Os prémios adquiridos cresceram 2,3% e os prémios adquiridos líquidos de resseguro 2,5%.

(Milhares de euros)

	2015	2016	Var. 16/15
Prémios Adquiridos	11.533	11.798	2,3%
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	10.335	10.592	2,5%

2.1.2. Nº de Apólices e Nº de Clientes

Ao nível das apólices em vigor, com a contração na captação de apólices novas e o aumento do número de apólices anuladas, o número de apólices (em vigor) apresentou uma quebra de 2,6%.

No que se refere ao ramo Automóvel, a 31 de dezembro de 2016, o número de apólices em vigor ascendia a 65.867, contra 67.611, em 2015, representando uma variação de -2,6%. O número de clientes registou uma redução de 2,6%.

No que se refere aos ramos Acidentes e Doença e Responsabilidade Civil Geral, o peso na carteira da Companhia (2% no conjunto dos dois ramos) é, ainda, pouco expressivo.

	2015	2016	Var. 16/15
Nº de Apólices em Vigor	68.989	67.216	-2,6%
<i>Automóvel</i>	67.611	65.867	-2,6%
<i>Acidentes e Doença</i>	1.376	1.297	-5,7%
<i>Responsabilidade Civil Geral</i>	2	52	2500%
Nº de Clientes	67.505	65.769	-2,6%

2.1.3. Quota de Mercado

De acordo com os dados da Associação Portuguesa de Seguradores, em 2016, a quota de mercado da N Seguros sofreu um decréscimo, quer no ramo Automóvel, quer no conjunto dos ramos Não Vida.

	2015	2016	Var. 16/15
Quota de Mercado Não Vida	0,30%	0,29%	-3,3%
Quota de Mercado Ramo Automóvel	0,74%	0,72%	-2,7%

Ao nível das seguradoras diretas e considerando, apenas, o volume de prémios da N Seguros e da Via Direta, Companhia de Seguros, S.A. devido à ausência de informação da Direct (integrada na Ageas Portugal, Companhia de Seguros, S.A.) e da Logo, S.A. (por incorporação nas Seguradoras Unidas, S.A.) a quota de mercado da N Seguros reduziu 0,7%, fixando-se nos 17,5%.

	2015	2016	Var. 16/15
Quota de Mercado Ramo Automóvel (Canal Direto)*	17,66%	17,53%	-0,7%

* Considerando os valores da Via Directa e N Seguros.

2.2. Sinistralidade

2.2.1. Taxa de Sinistralidade

De acordo com os dados da APS, em 2016, os Custos com Sinistros dos ramos Não Vida cresceram 7,9%, enquanto o ramo Automóvel apresentou uma variação de 4,6%.

Na N Seguros, para o ano em referência, assistimos a um crescimento de 20,1% dos CCS (líquido de resseguro e sem imputação de custos), com o ramo Automóvel a apresentar uma variação de 20,3%.

Conforme anteriormente referido, a variação dos Custos com Sinistros do exercício deveu-se ao crescimento acentuado da cobertura de Responsabilidade Civil, com uma variação de 26,6%. Em sentido inverso, os CCS das coberturas de Danos Próprios apresentaram uma redução de 13,8%.

No que se refere à cobertura de Pessoas Transportadas e ao ramo Acidentes e Doença, as taxas de sinistralidade, sobre prémios adquiridos, situaram-se nos 1,6% e nos 41,5%, respetivamente.

Os custos imputados aos resseguradores, em 2016, ascenderam a 145 mil euros, representando uma variação de 59,8%, face a 2015.

	2015	2016	Var. 16/15
Taxa de Sinistralidade	67,3%	79,0%	11,7pp.

(Custo com Sinistros/Prémios Adquiridos)

O cálculo da taxa de sinistralidade não inclui a imputação dos gastos gerais à função de sinistros

O cálculo da taxa de sinistralidade é líquido de resseguro

2.2.2. Taxa de Encerramento

No que respeita à taxa de encerramento, em 2016, este indicador situou-se nos 97%.

	2015	2016	Var. 16/15
Taxa de Encerramento			
(n.º processos encerrados/n.º processos abertos)	98,5%	97,0%	-1,5 _{pp} .

Ao nível do número de processos abertos, em curso e encerrados, em 2016, verificou-se um aumento de 2,2% nos processos abertos e uma variação de 0,6% nos processos encerrados, resultando num aumento de 12,5% dos processos em curso.

	2015 (Qt.)	2016 (Qt.)	Var. 16/15
Sinistros Abertos	12.653	12.926	2,2%
Sinistros em Curso	3.120	3.511	12,5%
Sinistros Encerrados	12.465	12.535	0,6%

2.3. Resseguro

O resultado do resseguro cedido, em 2016, apresentou um saldo de 1.061 milhares de euros. A maioria dos prémios dizem respeito às garantias contratadas no âmbito de Assistência em Viagem e Proteção Jurídica. Os correspondentes Custos com Sinistros são suportados, diretamente, pelo ressegurador.

O rácio de cedência bruto, sobre prémios emitidos, situou-se em 10,4% (+0,3p.p. do que em 2015). Em comparação com o ano transato, os prémios de resseguro aumentaram 4,9%.

(Milhares de euros)			
	2015	2016	Var. 16/15
Prémios	1.186	1.243	4,9%
Variação Provisão para prémios não adquiridos	-12	37	-398,9%
Custos com Sinistros	91	145	59,8%
Resultado	1.107	1.061	-4,2%

Apresenta-se, de seguida, o painel de resseguradores de suporte ao programa de resseguro de 2016 (Tratado Automóvel), o qual manteve um excelente nível de *rating*:

RESSEGURADORES	Rating
<i>SWISS RE (leader)</i>	AA-
<i>MAPFRE RE</i>	A
<i>MMA – GROUPE COVEA</i>	A
<i>MUNCHENER RUCK</i>	AA-
<i>NACIONAL REASEGUROS, SA</i>	A-
<i>ODYSSEY RE</i>	A-
<i>PARTNER RE</i>	A+
<i>R+V VERSICHERUNGS</i>	AA-
<i>SCOR</i>	AA-
<i>RNA – SEGUROS DE ASSISTÊNCIA, S.A.</i>	NR

Destaca-se, ainda, o importante papel desempenhado pela Companhia RNA – Seguros de Assistência, S.A., no domínio da Assistência em Viagem.

2.4. Análise Financeira

2.4.1. Resultado Antes de Impostos e Resultado Líquido

Em 2016, a N Seguros apresentou um resultado negativo, antes de impostos, de 2.715 milhares de euros, com o resultado líquido a situar-se nos -2.148 milhares de euros. Os capitais próprios reduziram-se, assim, para 5,8 milhões de euros.

<i>(Milhares de euros)</i>	2015	2016	Var. 16/15
Resultado Antes do Imposto	-1.202	-2.715	125,8%
Resultado Líquido	-1.208	-2.148	77,8%
Capitais Próprios	7.780	5.798	-25,5%

Este resultado reflete o já citado aumento dos Custos com Sinistros, bem como o reconhecimento de imparidades, no valor de 1.016 milhares de euros, e a redução dos proveitos financeiros.

2.4.2. Resultado Operacional

O resultado operacional fixou-se nos 1.347 milhares de euros, menos 1.251 milhares euros do que em 2015.

O aumento dos Custos com Sinistros e a variação das provisões técnicas estão refletidas no quadro abaixo, onde se evidencia o seu efeito sobre o resultado operacional.

<i>(Milhares de euros)</i>	2015	2016	Var. 16/15
<i>Prémios Adquiridos</i>	11.533	11.798	2,3%
<i>Custos com Sinistros (sem imputação e líquido de resseguro)</i>	-7.762	-9.326	20,1%
<i>Outras Provisões Técnicas</i>	-161	-37	-123,0%
<i>Resseguro</i>	-1.198	-1.207	0,7%
<i>Custos de Aquisição Diferidos (var.)</i>	187	44	-76,2%
Resultado Operacional	2.598	1.347	-48,1%

2.4.3. Custos por Natureza

No exercício de 2016, os custos por natureza da Companhia situaram-se em 3,42 milhões de euros, o que corresponde a uma diminuição de 8,3%, face ao exercício anterior (cerca de 309 mil euros) e um *cost ratio* de 29% (-3,4 p.p. do que em 2015).

Ao nível dos Custos com Pessoal, assistimos a um aumento de 2,5% (aproximadamente 37 mil euros) decorrente da integração de dois colaboradores, anteriormente em cedência temporária pela Lusitania, e cujo custo afetava a rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, que reduziu 13,5%. Destaca-se, ainda, a redução nos custos de publicidade e marketing em 28,9% (aproximadamente 220 mil euros) e os custos com serviços contratados, que reduziram 13,7%.

(Milhares de euros)

	2015	2016	Var. 16/15
Custos com Pessoal	1.483,7	1.520,6	2,5%
Conservação e Reparação	7,6	19,5	155,8%
Rendas e Alugueres	196,3	212,8	8,4%
Comunicação	223,0	222,4	-0,3%
Serviços Contratados	340,0	293,5	-13,7%
Despesas de Representação	3,6	3,3	-6,7%
Seguros	6,9	8,3	-19,3%
Publicidade e Propaganda	760,1	540,6	-28,9%
Reintegrações/Amortizações	256,2	164,3	-35,9%
Outros	454,2	437,1	-3,8%
	3.731,8	3.422,40	-8,3%

2.4.4. Investimentos e Liquidez

O valor da carteira de investimentos e de liquidez da N Seguros registou, em 2016, um montante de 16.321 milhares de euros, dos quais cerca de 57% estão alocados a obrigações, incluindo dívida pública portuguesa.

(Milhares de euros)

	2015		2016	
	<i>Euros</i>	<i>%</i>	<i>Euros</i>	<i>%</i>
Títulos Dívida Pública	4.323	25,89%	4.106	25,16%
Fundos de Investimento	660	3,95%	6.765	41,45%
Obrigações Diversas	10.462	62,65%	5.172	31,69%
Ações	0	0,00%	0	0,00%
Liquidez (depósitos prazo/ordem)	1.256	7,52%	278	1,70%
Total	16.700	100,00%	16.321	100,00%

A redução no valor total dos investimentos resultou de necessidades de tesouraria, em parte, devido aos custos associados à implementação do novo sistema informático (Programa Viriato).

2.4.5. Garantias Financeiras – Rácio de Solvência

As responsabilidades da N Seguros encontravam-se, à data de 31.12.2016, devidamente representadas, sendo o rácio de cobertura de requisitos de capital (SCR) suficiente, de acordo com os requisitos do regime Solvência II.

O rácio do SCR será publicado conforme disposição legal, no âmbito do Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira, no mês de maio de 2017.

2.4.6. Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f) do número cinco do artigo 66º do Código das Sociedades, propõe-se que o resultado do exercício de 2016, registando um prejuízo no montante de 2.147.663,47 euros, seja levado na totalidade a Resultados Transitados.

2.5. Posicionamento e Imagem

2.5.1. Posicionamento

Em 2016, a N Seguros manteve o modelo de investimentos em marketing e comunicação que tem vindo a permitir otimizar e rentabilizar os investimentos nesta área, com o respetivo controlo dos custos de aquisição.

A eficácia deste modelo, assente em elevadas taxas de concretização, na segmentação de clientes, no *cross* e no *up-selling* e no reforço de parcerias estratégicas, tem garantido desempenhos interessantes na captação de novos contratos e clientes, resultando, em 2016, na subscrição de mais de 28 mil contratos novos e 4,5 milhões de euros de prémios comerciais. Salienta-se, ainda, os crescimentos expressivos e regulares na cobertura de Pessoas Transportadas e no programa de *affinities*, impulsionados pela dinamização de ações internas e parcerias externas.

Não obstante a preponderância dos investimentos realizados nos canais digitais, com uma presença forte em diversos meios *on-line*, a N Seguros tem mantido algumas iniciativas presenciais, através da dinamização de parcerias com diversas entidades. Neste domínio, voltamos a destacar a realização de ações conjuntas que resultam em benefícios diretos para todos os intervenientes - clientes, parceiros e Companhia.

2.5.2. Comunicação Promocional

O modelo de comunicação promocional da N Seguros tem permitido, ao longo dos últimos anos, estabelecer uma interação regular com os seus clientes e potenciais clientes, ao mesmo tempo que procura aumentar os níveis de eficiência dos meios utilizados. Desta forma, com base nos canais de distribuição que suportam a sua atividade, a N Seguros tem realizado campanhas promocionais regulares, que permitem uma permanente avaliação dos meios e conteúdos utilizados, estreitando, simultaneamente, a comunicação com os segmentos-alvo preferenciais. Os meios de comunicação mais utilizados, em 2016, foram o *Search*, o *Display*, os Afiliados e as Redes Sociais. Adicionalmente, foi reforçada a comunicação com os clientes em carteira, através diversas iniciativas de *e-mail marketing*.

No âmbito das Redes Sociais, manteve-se uma presença forte no *Facebook*, através das iniciativas realizadas na página institucional da Companhia. Este canal, para além de representar uma ferramenta eficaz na captação de novos clientes é, também, um importante canal de promoção da imagem e da notoriedade da N Seguros.

2.6. Principais Projetos Desenvolvidos em 2016

2.6.1. Novo Sistema Integrado de Gestão de Seguros (Programa Viriato)

Em 2016, prosseguiu o desenvolvimento e implementação do novo Sistema Integrado de Gestão de Seguros, o qual manteve as suas principais premissas estratégicas, tendo como objetivo responder às necessidades da Companhia, contribuindo, assim, para aumentar os seus níveis de rentabilidade, qualidade e eficiência.

2.6.2. Site da N Seguros – Novos Desenvolvidos

Dando continuidade aos projetos de melhoria contínua do sítio da internet (*site*) da N Seguros (www.nseguros.pt) – a principal ferramenta de distribuição da Companhia - conforme previsto, em 2016, foi realizado um *up-grade* à plataforma de simulação e subscrição, a qual passou a ser suportada por tecnologia *Responsive Web Design*. Esta tecnologia permite uma utilização mais adequada nos dispositivos móveis e garante uma navegação mais rápida, simples e intuitiva, bem como uma melhor experiência global para os utilizadores. Este ambiente de navegação permite melhorar as taxas de

concretização e reduzir o abandono ao longo das várias etapas do processo de subscrição.

2.6.3. Gestão de Protocolos e Grupos de *affinities*

O programa de gestão de protocolos tem como principais objetivos:

- Promover uma gestão mais adequada dos contratos firmados por esta via;
- Criar uma maior proximidade/relação com os diferentes parceiros;
- Aumentar o número de protocolos em carteira e o número de seguros novos subscritos.

Este programa tem vindo a evoluir de forma favorável, com crescimentos interessantes e um nível de rentabilidade bastante positiva. Em 2016, assistimos a um crescimento de 14% no número de apólices captadas e de 81% no nível dos Prémios Brutos Emitidos.

Ao longo do exercício, foram contratados diversos protocolos, cuja dinamização permitiu que o programa ganhasse maior relevância no seio da estratégia comercial da Companhia, com especial destaque para a qualidade do risco subscrito.

No final do quarto trimestre de 2016, tendo em conta os bons resultados e o potencial de evolução que o programa apresenta, foram criadas duas zonas de intervenção (norte e sul), de forma a permitir um crescimento mais rápido e garantir um melhor nível de acompanhamento dos parceiros da N Seguros, otimizando o seu potencial de crescimento.

2.6.3. Programas de Fidelização e Captação de Clientes

Em 2016, em parceria com a Odisseias, deu-se continuidade ao programa *N Prestige*, com novos benefícios para os clientes da N Seguros, através de um programa de *referrels*, o qual assenta na recomendação de novos clientes por parte dos clientes atuais e na troca de pontos por prémios e experiências. A gestão do programa é suportada por uma plataforma autónoma que garante uma interação regular e uma comunicação eficaz com os clientes da Companhia, permitindo que estes atuem como “embaixadores” da N Seguros.

2.6.4. Gestão de Riscos (Solvência II)

Após a publicação da Lei 147/2015 de 9 de setembro, que estabelece o RJASR (Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora), o ano de 2016 foi marcado pela entrada em vigor, a 1 de janeiro, do regime Solvência II.

No decurso deste ano e de forma integrada com a Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., a N Seguros desenvolveu diversas ações e projetos, dos quais destacamos os seguintes:

- Elaboração e envio à ASF dos reportes quantitativos e qualitativos do novo regime (informação de abertura e reportes trimestrais);
- Elaboração e envio à ASF do exercício de Autoavaliação do Risco e da Solvência, bem como a informação sobre o Sistema de Governação;
- Revisão de processos, informação e respetiva documentação para efeitos de reporte e cálculo das cargas de capital;
- Certificação dos elementos de informação de abertura para efeitos de supervisão realizado por um Revisor Oficial de Conta (ROC) e pelo Atuário Responsável;
- Tratamento dos Impostos Diferidos em Solvência II;
- Continuação dos trabalhos no âmbito da nova aplicação informática para responder aos requisitos de Pilar I e III;
- Aplicação da Abordagem baseada na Transparência no tratamento da Carteira de Investimentos; e,
- Participação em diversas ações de formação.

2.7. Recursos Humanos

2.7.1. Quadro de Pessoal

A valorização dos colaboradores, a manutenção de elevados níveis de motivação e o desenvolvimento de competências têm sido preocupações centrais na gestão da Companhia. A aposta na promoção de um clima de bem-estar e no envolvimento dos trabalhadores com a empresa têm sido ferramentas importantes na gestão de expectativas, satisfação e estabilidade da estrutura de recursos humanos da N Seguros, resultando em baixos níveis de rotatividade e ganhos de produtividade.

O quadro de pessoal da N Seguros, no final de 2016, era composto por 63 colaboradores, dos quais 56 com vínculo por tempo indeterminado e 6 com contratos a termo (1 a termo incerto e 5 a termo certo).

Refira-se, ainda, a integração de um colaborador da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., cedido temporariamente à N Seguros.

	2015		2016	
	<i>Qt.</i>	<i>%</i>	<i>Qt.</i>	<i>%</i>
<i>N.º Colaboradores</i>	62	100%	63	100%
<i>Direção</i>	1	1,6%	1	1,6%
<i>Área Operacional</i>	42	67,7%	42	66,7%
<i>Área Técnica</i>	15	24,2%	15	23,8%
<i>Área de Mercado</i>	4	6,5%	5	7,9%

3. PERSPETIVAS 2017

3.1 A N Seguros

Tendo em conta a conjuntura socioeconómica dos últimos anos, a qual tem apresentado obstáculos e desafios particularmente difíceis de ultrapassar, a N Seguros tem procurado garantir a sua sustentabilidade através de políticas assentes no rigor técnico e operacional, com particular destaque para a seleção do risco e o controlo de custos, assim como em investimentos de Marketing e Comunicação que têm assegurado elevados níveis de eficácia e uma relação custo/benefício muito equilibrada. Um serviço transparente e de qualidade tem garantido elevados níveis de satisfação dos nossos clientes.

Atendendo à perspetiva de melhoria do quadro macroeconómico e dos seus efeitos na atividade seguradora, nomeadamente nos ramos Não Vida, ao rigor das políticas e estratégias prosseguidas pela N Seguros e ao carácter excecional de alguns efeitos verificados, em 2016, prevê-se que, em 2017, surjam novas oportunidades e equilíbrios, que permitam perspetivar um regresso aos resultados positivos, garantindo, assim, uma evolução mais sólida da operação da Companhia.

O desenvolvimento de novas parcerias e áreas de negócio (com a entrada em novos ramos de atividade) assumirá um papel cada vez mais importante na distribuição e diversificação da oferta da Companhia. A aposta na inovação tecnológica e na racionalização dos meios de comunicação (com forte destaque para os canais digitais) continuará a assumir um papel central no plano estratégico da Companhia que procurará, desta forma, fortalecer a sua posição no mercado.

O rigor na seleção de risco e o aumento da eficiência organizacional, aliada à dedicação e profissionalismo da estrutura de recursos humanos, são essenciais para garantir um bom desempenho nos próximos anos.

4. DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL E AO ESTADO

Nos termos do disposto no art. 2º, do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro e do artigo 21º, do Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, indica-se que, à data de 31/12/2016, não existiam quaisquer dívidas ao Sector Público Estatal cujo pagamento esteja em mora, nem dívidas à Segurança Social.

5. OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA COMPANHIA EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém a sua política neste domínio.

Os investimentos da N Seguros S.A. procuraram ter em conta o tipo de operações que a Companhia realiza, de forma a garantir critérios de rendibilidade, liquidez e segurança, com observância dos princípios de diversificação e dispersão dos riscos.

A política de investimento, em 2016, foi definida pelo Conselho de Administração da N Seguros, o qual teve em atenção a situação do mercado de capitais, tendo optado por uma gestão prudente, onde a segurança e liquidez dos investimentos prevaleceu. Por esta razão, a utilização de produtos derivados, sendo permitida na medida em que contribua para uma gestão eficaz da carteira e para a redução do risco de taxa de juro e/ou cambial, não foi utilizada nos investimentos diretos da Companhia.

6. AÇÕES DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

De acordo com o n.º 5, do art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, confirma-se que nenhum dos membros dos Órgãos Sociais detinha qualquer ação na N Seguros, S.A., em 31 de dezembro de 2016.

Participação de Acionistas

De acordo com o n.º 4, do art. 448 do Código das Sociedades, informa-se que a Montepio Seguros, SGPS, S.A. detém 100% das ações da N Seguros, S.A.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

Reconhecimento

O Conselho de Administração entende ser seu dever expressar o seu reconhecimento e agradecimento público às seguintes entidades:

- ✓ Aos Clientes, pela preferência com que distinguiram a Companhia;
- ✓ Ao Acionista, pelo relevante apoio e confiança sempre demonstrados;

- ✓ Aos membros da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, pelo apoio e acompanhamento realizados;
- ✓ À Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, pela atenção com que acompanha o desenvolvimento da Companhia;
- ✓ À Associação Portuguesa de Seguradores, pela colaboração prestada;
- ✓ Aos parceiros que acompanham e apoiam o esforço de desenvolvimento da Companhia; e,
- ✓ A todos os Colaboradores, pelo seu empenhamento e dedicação.

Lisboa, 15 de março de 2017

O Conselho de Administração

Fernando Dias Nogueira (Presidente)

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo (Vogal)

Paulo José Martins Jorge da Silva (Vogal)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2016

N SEGUROS, S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
ATIVO

(valores em euros)

Notas do Anexo	BALANÇO	Exercício 31/12/16			Exercício 31/12/15
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/a mortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
15; 25;31	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	127.224	-	127.224	730.924
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-
	Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.175	-	2.175	1.448
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
16; 25;	Ativos disponíveis para venda	13.644.108	-	13.644.108	11.649.039
17; 25;31	Empréstimos e contas a receber	150.946	-	150.946	524.606
	Depósitos junto de empresas cedentes	-	-	-	-
	Outros depósitos	150.946	-	150.946	524.606
	Empréstimos concedidos	-	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
18; 25;31	Investimentos a deter até à maturidade	2.396.759	-	2.396.759	3.793.915
	Terrenos e edifícios	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-
19; 25	Outros ativos tangíveis	2.175.879	1.917.891	257.988	352.880
	Inventários	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-
20; 25	Outros ativos intangíveis	1.126.293	490.110	636.183	313.034
	Provisões técnicas de resseguro cedido	981.929	-	981.929	799.906
21; 25	Provisão para prémios não adquiridos	378.629	-	378.629	341.973
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	603.300	-	603.300	457.933
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
22; 25;31	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.835.384	17.185	2.818.199	2.793.935
	Contas a receber por operações de seguro direto	1.661.087	6.517	1.654.570	1.785.435
	Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-
	Contas a receber por outras operações	1.174.297	10.668	1.163.629	1.008.500
23; 25	Ativos por impostos	866.448	-	866.448	340.291
	Ativos por impostos correntes	-	-	-	9.360
	Ativos por impostos diferidos	866.448	-	866.448	330.930
24; 25	Acréscimos e diferimentos	31.996	-	31.996	28.619
	Outros elementos do ativo	-	-	-	-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	TOTAL ATIVO	24.339.141	2.425.186	21.913.955	21.328.596

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Fernando Dias Nogueira
PresidenteAntónio Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
VogalPaulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

N SEGUROS, S.A.
BALANÇO
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores em euros)

Notas do Anexo	BALANÇO	Exercício 31/12/16	Exercício 31/12/15
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
	Provisões técnicas	13.049.673	10.972.484
21	Provisão para prémios não adquiridos	2.954.694	2.830.605
	Provisão matemática do ramo vida		-
	Provisão para sinistros	9.668.528	7.752.489
	De vida		-
	De acidentes de trabalho		-
21	De outros ramos	9.668.528	7.752.489
	Provisão para participação nos resultados		-
	Provisão para compromissos de taxa		-
	Provisão para estabilização de carteira		-
	Provisão para desvios de sinistralidade		-
21	Provisão para riscos em curso	426.451	389.389
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de revalorização	-	-
	Outros passivos financeiros	-	-
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
	Outros	-	-
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-
26;31	Outros credores por operações de seguros e outras operações	673.579	178.067
	Contas a pagar por operações de seguro direto	4.875	4.193
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	106.299	104.864
	Contas a pagar por outras operações	562.405	69.010
23	Passivos por impostos	226.277	233.022
	Passivos por impostos correntes	226.277	233.022
	Passivos por impostos diferidos	-	-
24	Acréscimos e diferimentos	1.976.371	1.975.148
	Outras Provisões	190.125	190.125
	Outros Passivos	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	16.116.026	13.548.846
	CAPITAL PRÓPRIO		
27	Capital	7.500.000	7.500.000
27	Outros instrumentos de capital	-	-
	Reservas de reavaliação	(83.807)	(297.799)
27	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	(83.807)	(297.799)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-
	caixa	-	-
	estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
	Reserva por impostos diferidos	18.857	67.005
	Outras reservas	1.718.634	1.718.634
27	Resultados transitados	(1.208.091)	-
27	Resultado líquido do exercício	(2.147.663)	(1.208.091)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	5.797.929	7.779.749
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	21.913.955	21.328.596

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Fernando Dias Nogueira
PresidenteAntónio Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
VogalPaulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

(valores em euros)

Conselho de Administração

Fernando Dias Nogueira
Presidente

N SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

(valores em euros)

Notas do Anexo	Demonstração das variações do capital próprio	Capital social	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total
	Balanço em 31 de Dezembro de 2014	7.500.000	-	(8.422)	1.769	1.688.420	(0)	302.143	9.483.910
27	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis	-	-	(289.377)	-	-	-	-	(289.377)
	Aplicação do resultado	-	-	-	-	-	302.143	(302.143)	-
	Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
23	Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	65.236	-	-	-	65.236
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	30.214	(30.214)	-	0
	Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(271.929)	-	(271.929)
	Total das variações do capital próprio	-	-	(289.377)	65.236	30.214	0	(302.143)	(496.069)
	Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.208.091)	(1.208.091)
	Balanço em 31 de Dezembro de 2015	7.500.000	-	(297.799)	67.005	1.718.634	(0)	(1.208.091)	7.779.749
27	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis	-	-	213.992	-	-	-	-	213.992
	Aplicação do resultado	-	-	-	-	-	(1.208.091)	1.208.091	(0)
	Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
23	Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	(48.148)	-	-	-	(48.148)
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total das variações do capital próprio	-	-	213.992	(48.148)	-	(1.208.091)	1.208.091	165.843
	Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(2.147.663)	(2.147.663)
	Balanço em 31 de Dezembro de 2016	7.500.000	-	(83.807)	18.857	1.718.634	(1.208.091)	(2.147.663)	5.797.929

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Fernando Dias Nogueira
Presidente

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
Vogal

Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

N SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

Notas do Anexo		2016	2015
	<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados</i>		
	Reserva do justo valor		
27	Ativos financeiros disponíveis para venda	213.992	(289.377)
23	Impostos dos ativos financeiros disponíveis para venda	(48.148)	65.236
	Total outro rendimento integral do exercício depois de impostos	165.843	(224.141)
	Resultado líquido do exercício	(2.147.663)	(1.208.091)
	Total do rendimento integral do exercício	(1.981.820)	(1.432.231)

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Fernando Dias Nogueira
Presidente

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
Vogal

Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

N SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	2016	2015
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de prémios	12.239.185	11.660.821
Pagamentos de sinistros	(7.884.084)	(8.218.384)
Pagamentos de operações de resseguro	(1.242.020)	(1.293.844)
Pagamentos a fornecedores	(1.060.645)	(2.094.142)
Pagamentos ao pessoal	(1.493.596)	(1.490.407)
Pagamentos / Recebimentos do imposto sobre o rendimento	(7.556)	(8.975)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à actividade operacional	(153.461)	(179.221)
Fluxo das actividades operacionais	397.822	(1.624.152)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	5.009.977	15.446.147
Investimentos financeiros - DP	523.950	
Juros e proveitos similares	565.713	579.077
Dividendos	-	-
	6.099.640	16.025.223
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(6.558.617)	(13.304.201)
Investimentos financeiros - DP	(150.000)	
Activos tangíveis	(48.766)	(38.490)
Activos intangíveis	(343.779)	(313.034)
	(7.101.161)	(13.655.724)
Fluxo das actividades de investimento	(1.001.522)	2.369.499
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares		
Distribuição resultados		(271.929)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
		(271.929)
Fluxo das actividades de financiamento		(271.929)
Variação de caixa e seus equivalentes	(603.700)	473.418
Efeitos das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	730.924	257.506
Caixa e seus equivalentes no fim do período	127.224	730.924

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Fernando Dias Nogueira
PresidenteAntónio Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
VogalPaulo José Martins Jorge da Silva
Vogal



NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas explicativas integrantes das Demonstrações Financeiras

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

1. Informação Geral

Tendo obtido autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões (ASF) para explorar os ramos Não Vida a 13 de dezembro de 2007, a N Seguros, S.A. (“N Seguros”, “Companhia” ou “Seguradora”) foi constituída a 28 de dezembro de 2007 e iniciou a sua atividade a 1 de fevereiro de 2008, através da exploração do ramo Automóvel por via de canais diretos, nomeadamente, por telefone e internet. Até 2011, a sua atividade incidiu, exclusivamente, na exploração deste ramo, através das modalidades Responsabilidade Civil, Veículos Terrestres e Pessoas Transportadas e, complementarmente, nos ramos Assistência e Proteção Jurídica. Com o intuito de diversificar a sua oferta e alargar a sua base de potenciais clientes, em 2012, a Companhia alargou a sua exploração para o ramo Acidentes e Doença e, em 2015, para o ramo Responsabilidade Civil Geral.

Com sede na Zona Industrial da Maia I, Sector IX (Norte), Rua de João Moreira da Costa Maia - Lote 20, Moreira da Maia, a N Seguros encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia sob o número de pessoa coletiva 508 310 334.

Em 2016, a produção do mercado segurador apresentou uma quebra significativa, face ao exercício anterior. Os valores divulgados pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões apontam para um volume total de negócio de 10,2 mil milhões de euros, o que representa uma redução de 1,7 mil milhões e uma variação de -14,6%. No entanto, o comportamento verificado foi muito influenciado pelo desempenho do ramo Vida, o qual apresentou uma redução de 23,7%, fazendo com que este ramo atingisse valores de aproximadamente, 6,4 mil milhões de euros.

No que se refere aos ramos Não Vida assistimos, em 2016, a um crescimento de 7,2%, refletindo o bom desempenho da economia real e mantendo a consistência do desempenho positivo apresentado no ano anterior. Quanto ao ramo Automóvel, no exercício findo a 31 de dezembro de 2016, o crescimento do volume de prémios foi de 6,5% - mais 85 milhões de euros do que no ano anterior.

Ao nível do “mercado direto”, composto por 2 seguradoras: N Seguros e Via Direta, em 2016, de acordo com os dados da Associação Portuguesa de Seguradores e Resseguradores (APS), o peso relativo no volume total dos prémios Não Vida apresentaram uma ligeira redução, face a 2015 (-0,03 pp.), fixando-se no 1,37%,

enquanto o volume total de prémios no ramo Automóvel também diminuiu em 0,06 pontos percentuais para os 3,37%.

Em 2016, de acordo com a informação da APS, a quota de mercado da N Seguros nos ramos Não Vida diminuiu ligeiramente para os 0,29%, tendo apresentado também uma ligeira diminuição no ramo Automóvel (0,02pp.), fixando-se nos 0,73%. Quanto à sua quota no “mercado direto”, esta também diminuiu em 0,13 pontos percentuais, face a 2015.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2016.

As demonstrações financeiras agora apresentadas são consolidadas nas demonstrações financeiras de Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A., entidade detentora da Companhia desde 23 de dezembro de 2016. As demonstrações financeiras de Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A, são, por sua vez, consolidadas no Montepio Geral Associação Mutualista.

2. Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF.

Este Plano de Contas, atualmente em vigor, corresponde aos *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor, tal como adotados na União Europeia, exceto a IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente à qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia opera sobre o princípio da continuidade.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contábilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 3.

2.2. Normas contábilísticas e interpretações recentemente emitidas

Em 2016, a Companhia adotou as normas e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2016. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 33. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contábilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.3. Novas normas e alterações existentes, que apesar de já estarem publicadas, ainda não são de aplicação obrigatória

As normas contábilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 33.

2.4. Principais políticas contábilísticas adotadas

As principais políticas contábilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Reporte por segmentos

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

A N seguros é uma empresa de seguro direto que exerce a sua atividade nos segmentos operacionais automóvel, acidentes e doença e responsabilidade civil geral.

Quanto ao segmento automóvel, a Companhia disponibiliza diversos produtos que se diferenciam quer pelo tipo de cliente a que se dirigem, quer pelas coberturas oferecidas.

Os segmentos acidentes e doença e responsabilidade civil geral serão apresentados separadamente.

b) Operações em moeda estrangeira

As conversões para euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Europeia (UE) são convertidos para euros, utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas nos resultados do exercício.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao justo valor, são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

c) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo histórico de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e sujeitos a testes de imparidade, de acordo com o estabelecido na IAS 16.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, por duodécimos, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	2-12
Máquinas e ferramentas	4-10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8-10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4-10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor, líquido dos custos de venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base na seguinte taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a vida útil estimada dos ativos intangíveis:

- Despesas com aplicações informáticas - 33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor, líquido dos custos de venda, e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

e) Ativos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas: esta categoria inclui os ativos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subsequentes no justo valor reconhecidas em resultados;
- Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias;
- Ativos financeiros a deter até à maturidade: nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis, que a Companhia tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento. Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no

método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso;

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial;

- Empréstimos concedidos e contas a receber: os empréstimos e contas a receber incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, não admitidos a cotação num mercado ativo. São registados nesta categoria os depósitos a prazo em instituições de crédito.

ii) Reconhecimento inicial, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados (ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) a deter até à maturidade, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, com exceção dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados (ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas) são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente mensurados ao justo valor, sendo as respetivas variações de valor reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos ativos monetários disponíveis para venda (p.e. obrigações), o ajustamento ao valor de balanço compreende a separação entre: (i) as amortizações segundo a taxa efetiva – por contrapartida de resultados; (ii) as variações cambiais dos títulos da dívida por contrapartida de resultados e (iii) as variações no justo valor.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais, prémios e descontos) a serem registados nos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, e técnicas de fluxos de caixa descontados, de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado (podendo recorrer, caso necessário, a entidades especializadas).

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as ações não cotadas são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias

A revisão do IAS 39, datada de Outubro de 2008, veio permitir que as entidades transferissem os ativos financeiros detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses mesmos ativos obedeçam às características de cada categoria, nomeadamente: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, se esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e ativos financeiros a deter até à maturidade são também permitidas em determinadas circunstâncias.

v) Imparidade

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

A Companhia considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

(a) Para os títulos de rendimento variável:

- Uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses), em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição sistematicamente; ou
- Uma desvalorização significativa na cotação (mais de 30% do respetivo valor de aquisição);

A Companhia efetua, ainda, uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

(b) Para os títulos de rendimento fixo:

- Existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para a conta de resultados.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui e se verifique que o evento que gerou perda de imparidade deixe de existir, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição. No caso dos títulos de rendimento variável (ex. ações), as perdas por imparidade reconhecidas não são recuperáveis.

De referir que para os instrumentos financeiros em imparidade, qualquer desvalorização (face ao seu custo de aquisição líquido de perdas por imparidade já anteriormente reconhecidas) originará uma perda por imparidade adicional.

No que se refere aos ativos financeiros a deter até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são reconhecidos no balanço, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos ativos financeiros a deter até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

f) Instrumentos financeiros derivados (derivados embutidos)

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Caso a Companhia considere reduzido o custo/benefício desta “bifurcação”, reconhece o ativo como um todo ao justo valor, com as variações reconhecidas em resultados. Os derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados são reconhecidos, respetivamente, como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de Ganhos e Perdas e como ativos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

g) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e, (ii) subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses, a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

i) Instrumentos de capital

As ações são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como dedução dos proveitos, líquidos de imposto.

j) Contratos de seguro

Os contratos de seguro comercializados pela Companhia são contratos segundo os quais a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este, por troca de um prémio, no caso de um acontecimento futuro incerto o afetar de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4.

Os contratos de seguro são reconhecidos e mensurados conforme a seguir indicado:

- **Prémios**

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam, da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

- **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição são representados, essencialmente, pelos gastos por natureza imputados e, residualmente, por alguma remuneração contratualmente atribuída a mediadores pela angariação de contratos de seguro.

As comissões contratadas são registadas como gastos no momento da emissão dos respetivos prémios ou renovação das respetivas apólices.

- **Ajustamento de recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa**

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculada sobre o valor total dos recibos emitidos e não cobrados em cada data de reporte, deduzidos dos correspondentes prémios de resseguro cedido, comissões, impostos e provisão para prémios não adquiridos associados, e tendo em conta um coeficiente médio de cobrabilidade determinado com base em dados históricos de anos anteriores, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, em particular, o estabelecido na circular n.º 9/2008, de 27 de Novembro.

Os recibos emitidos e não cobrados à data das demonstrações financeiras estão refletidos na rubrica "Recibos por cobrar".

O ajustamento de créditos de cobrança duvidosa destina-se a fazer face aos riscos da cobrança de dívidas de terceiros, com exceção dos relativos a recibos de prémios por cobrar.

Os ajustamentos estão associados a um risco de incobrabilidade (que se pode concretizar ou não), mas cuja probabilidade de ocorrência é significativa. A Companhia realiza iniciativas para a regularização dos montantes em dívida, quer através da área de assistência jurídica, quer recorrendo posteriormente à via judicial.

- **Provisão para prémios não adquiridos**

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é

efetuada mediante a aplicação do método “*pro-rata temporis*”, por cada contrato em vigor. De acordo com a norma n.º. 19/94 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, o método “*pro-rata temporis*” é aplicado sobre os prémios comerciais acima citados, deduzidos dos respetivos custos de aquisição.

Os custos de aquisição são diferidos ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com os referidos normativos, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

- **Provisão para sinistros**

Reconhece a estimativa efetuada das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais que possam ocorrer como consequência dos sinistros ocorridos e ainda não declarados naquela data (IBNR), nomeadamente as despesas de regularização de sinistros, calculadas com base nos dados históricos dos custos da função sinistros.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por subsinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática também varia mediante a existência de danos corporais, e de acordo com a sua gravidade. Esta provisão pode ser revista, na sequência da análise de cada processo e ao longo da vida do sinistro, sofrendo os ajustamentos necessários de acordo com a informação recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros de Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas

A provisão para sinistros do ramo Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas é estimada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que exista nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões para sinistros é avaliada/validada ao longo do ano, através de técnicas atuariais universalmente aceites.

- **Provisão para riscos em curso**

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício. De acordo com o estipulado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, a

provisão para riscos em curso é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de despesa e de cedência, deduzida do rácio de rentabilidade dos investimentos, seja superior a 1. O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis a exercícios seguintes e dos prémios exigíveis ainda não emitidos relativos a contratos em vigor pela soma dos rácios deduzida de 1.

l) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, e as condições estipuladas nos contratos de resseguro em vigor.

m) Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, bem como, para prejuízos fiscais registados em exercícios anteriores e que sejam ainda reportáveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capaz de absorver as referidas diferenças.

n) Benefícios concedidos aos empregados

i) Planos de benefícios Pós-emprego - Plano de contribuição definida

No dia 23 de dezembro de 2011, foi assinado um novo contrato coletivo de trabalho (Novo CCT) entre a Associação Portuguesa de Seguradores (APS) e dois sindicatos representativos da classe profissional (STAS e SISEP), posteriormente publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 2, de 15 de janeiro de 2012.

De acordo com o n.º 1 da cláusula 48ª do Novo CCT, “todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho”.

Tendo em conta o disposto na cláusula 49ª do Novo CCT, a Companhia efetuou e efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador:

Ano Civil	Percentagem do ordenado base anual
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

As primeiras contribuições anuais do empregador para o plano individual de reforma verificaram-se nas seguintes condições:

- Para os trabalhadores no ativo admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009 — no ano de 2012;
- Para os trabalhadores no ativo admitidos depois de 1 de janeiro de 2010 — no ano seguinte àquele em que completarem dois anos de prestação de serviço efetivo na Companhia.

Em 2014, foi acordado entre as partes a introdução da cláusula 58ª A que determinou um aumento extraordinário do valor a aplicar no PIR, em 1,25% do ordenado base anual

dos trabalhadores, conforme os pressupostos definidos nas alíneas a), b) e c), do n.º 1 de referida cláusula.

Este plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva a uma apólice de seguro de grupo. O plano individual de reforma deverá prever a garantia de capital investido, sendo essa responsabilidade da entidade gestora, Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA. O novo plano de pensões (plano individual de reforma) passa a corresponder a um plano de contribuição definida em que a quantia dos benefícios pós-emprego recebidos pelos empregados é determinada pela quantia de contribuições pagas pela Companhia, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes dessas mesmas contribuições. Consequentemente, os riscos atuarial e de investimento recairão nos empregados.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem sendo efetuadas.

ii) Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)

Ao abrigo do Novo CCT, a respetiva cláusula 41ª contempla a obrigação da Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após o Colaborador completar 50 anos de idade e, logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

As responsabilidades da Companhia com os prémios de permanência são reconhecidas como um gasto nos resultados.

iii) Benefícios de saúde (benefício de curto prazo)

A Companhia concede um benefício de assistência médica anual aos colaboradores no ativo. Este benefício é reconhecido como um gasto na conta de ganhos e perdas no exercício a que respeita.

iv) Bónus de desempenho (benefício de curto prazo)

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam. Os bónus são calculados de acordo com uma avaliação de desempenho, que se baseia em critérios organizacionais, quantitativos e qualitativos.

v) Estimativa para férias e subsídio de férias (benefício de curto prazo)

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a 2 meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

o) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu reconhecimento.

p) Locações

A Companhia classifica as operações de locação em locações financeiras ou operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras todas as operações em que os riscos e os benefícios inerentes à propriedade são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são consideradas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Nas locações financeiras os contratos são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição do bem locado, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro, que é debitado em resultados, e (ii) pela amortização financeira do capital, que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, em cada período.

A Companhia apenas tem registado contratos de locação operacional, relacionados com aluguer de automóveis.

q) Provisões, ativos e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o dispêndio futuro de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão deve corresponder à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade à data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, mas existindo a obrigação, teremos um passivo contingente, o qual será apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados, pela Companhia, na aplicação dos princípios contabilísticos são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contabilísticas adotadas pela Companhia, que levariam a resultados diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. No entanto, a Companhia entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

As responsabilidades presentes decorrentes de obrigações emanadas de contratos de seguro são registadas na rubrica provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base o normativo existente e vários pressupostos baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para sinistros (reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas) e (3) provisão para riscos em curso.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia para o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, assim como, outros fatores. Qualquer eventual alteração de critérios (nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais) é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado à Companhia. As provisões são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas. Para mais detalhes, ver a Nota 21.

b) Justo valor dos ativos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

A Companhia considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

(a) Para os títulos de rendimento variável:

- uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses), em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou
- uma desvalorização significativa na cotação (mais de 30% do respetivo valor de aquisição);

A Companhia efetua, ainda, uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

(b) Para os títulos de rendimento fixo:

- existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objeto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo corrigido, desde a última data em que perdas por imparidade foram reconhecidas, independentemente dos critérios referidos acima.

d) Imposto sobre lucros

A determinação dos impostos sobre lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4. Reporte por segmentos

A N Seguros é uma empresa de seguro direto que celebra contratos à distância, utilizando como canais de distribuição a internet e o telefone e que exerce a sua atividade nos seguintes segmentos operacionais – automóvel, acidentes pessoais, doença e responsabilidade civil geral.

Cada segmento integra um conjunto de “produtos” ou “opções”, os quais disponibilizam diferentes coberturas, garantias e/ou capitais, adaptados a vários públicos-alvo ou necessidades específicas de determinados nichos de mercado.

Em termos geográficos, todos os contratos são celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um segmento.

O relato por segmentos dos resultados dos anos de 2016 e 2015 é apresentado nas tabelas seguintes:

RUBRICAS	2016					(valores em euros)
	Automóvel	Acidentes Pessoais	Doença	Resp. Civil Geral	Não segmentado	TOTAL
Prémios Adquiridos	11.649.618	25.898	121.307	1.579	-	11.798.402
Custos com sinistros	(9.965.830)	(10.925)	(57.145)	(137)	-	(10.034.036)
Outras provisões e gastos técnicos	(37.062)	-	-	-	-	(37.062)
Margem Técnica	1.646.727	14.973	64.162	1.443	-	1.727.304
Resultado de Resseguro Cedido	(1.061.432)	-	-	-	-	(1.061.432)
Margem Técnica Líquida	585.294	14.973	64.162	1.443	-	665.872
Custos de exploração	(2.693.614)	(6.007)	(28.071)	(414)	-	(2.728.106)
Resultado de Exploração	(2.108.320)	8.966	36.091	1.029	-	(2.062.234)
Resultado financeiro	(691.853)	(1.536)	(7.077)	(170)	-	(700.636)
Resultado Técnico	(2.800.173)	7.430	29.015	859	-	(2.762.869)
Outros Custos e Proveitos não Técnicos	-	-	-	-	47.983	47.983
Imposto s/Rendimento	-	-	-	-	567.223	567.223
Resultado Líquido do Exercício	(2.800.173)	7.430	29.015	859	615.206	(2.147.663)

RUBRICAS	2015					(valores em euros)
	Automóvel	Acidentes Pessoais	Doença	Resp. Civil Geral	Não segmentado	TOTAL
Prémios Adquiridos	11.360.767	32.304	139.571	9	-	11.532.651
Custos com sinistros	(8.587.452)	(7.451)	(64.491)	(6)	-	(8.659.400)
Outras provisões e gastos técnicos	(161.179)	-	-	-	-	(161.179)
Margem Técnica	2.612.136	24.853	75.080	3	-	2.712.072
Resultado de Resseguro Cedido	(1.107.005)	-	-	-	-	(1.107.005)
Margem Técnica Líquida	1.505.131	24.853	75.080	3	-	1.605.068
Custos de exploração	(2.565.585)	(7.572)	(32.733)	(6)	-	(2.605.896)
Resultado de Exploração	(1.060.454)	17.281	42.347	(2)	-	(1.000.828)
Resultado financeiro	(35.429)	(297)	(1.522)	(0)	-	(37.247)
Resultado Técnico	(1.095.882)	16.985	40.825	(3)	-	(1.038.076)
Outros Custos e Proveitos não Técnicos	-	-	-	-	(164.367)	(164.367)
Imposto s/Rendimento	-	-	-	-	(5.648)	(5.648)
Resultado Líquido do Exercício	(1.095.882)	16.985	40.825	(3)	(170.015)	(1.208.091)

5. Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

No ano de 2016, os prémios brutos emitidos de seguro direto registaram o valor de 11.966.913 euros, o que representa um aumento de 1,5% face ao exercício transato.

Nos quadros abaixo, apresentam-se os valores dos prémios adquiridos líquidos de resseguro, com detalhe por ramo, para os exercícios de 2016 e 2015.

(valores em euros)

2016	Prémios brutos emitidos	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Prémios Adquiridos Brutos	Prémios de Resseguro Cedido	Provisão para prémios não adquiridos de resseguro (variação)	Prémios adquiridos líquidos de resseguro
Seguro Direto						
Acidentes Pessoais	26.231	333	25.898	-	-	25.898
Doença	120.868	(439)	121.307	-	-	121.307
Automóvel	9.773.295	91.781	9.681.514	(77.136)	-	9.604.378
Responsabilidade Civil	7.511.537	89.307	7.422.229	(77.136)	-	7.345.094
Outras coberturas	2.261.758	2.473	2.259.284	-	-	2.259.284
Resp. Civil Geral	2.908	1.329	1.579			1.579
Proteção jurídica	376.081	7.656	368.425	-	-	368.425
Assistência	1.667.531	67.851	1.599.680	(1.166.320)	36.657	470.016
Total	11.966.913	168.511	11.798.402	(1.243.456)	36.657	10.591.603

(valores em euros)

2015	Prémios brutos emitidos	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Prémios Adquiridos Brutos	Prémios de Resseguro Cedido	Provisão para prémios não adquiridos de resseguro (variação)	Prémios adquiridos líquidos de resseguro
Seguro Direto						
Acidentes Pessoais	32.084	(219)	32.304	-	-	32.304
Doença	138.579	(992)	139.571	-	-	139.571
Automóvel	9.777.899	163.320	9.614.579	(77.324)	-	9.537.256
Responsabilidade Civil	7.458.581	92.744	7.365.837	(77.324)	-	7.288.513
Outras coberturas	2.319.318	70.576	2.248.742	-	-	2.248.742
Resp. Civil Geral	85	75	9			9
Proteção jurídica	309.750	22.673	287.077	-	-	287.077
Assistência	1.534.628	75.517	1.459.111	(1.108.370)	(12.263)	338.478
Total	11.793.025	260.374	11.532.651	(1.185.693)	(12.263)	10.334.695

A taxa de cedência de prémios de resseguro foi, em 2016, de 10,4% (em 2015 era de 10,1%).

6. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Na tabela seguinte são analisados os custos com sinistros, líquidos de resseguro, para os anos de 2016 e 2015:

(valores em euros)

	2016	2015
Montantes pagos	8.279.497	8.993.318
Montantes Brutos	8.279.497	8.993.318
Parte dos resseguradores	-	-
Provisão para sinistros	1.609.173	(424.869)
Montante bruto	1.754.540	(333.918)
Parte dos resseguradores	(145.367)	(90.951)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	9.888.670	8.568.449

O valor dos custos imputados à função de sinistros (que se encontra acima incluído na rubrica de Montantes Pagos) foi de 562.942 euros, em 2016, e 806.302 euros, em 2015.

O quadro seguinte mostra o detalhe, por ramo, dos custos com sinistros líquidos de resseguro para os exercícios de 2016 e 2015:

	(valores em euros)	
	2016	2015
Montantes Pagos	8.279.497	8.993.318
Acidentes Pessoais	2.124	3.656
Doença	57.175	64.491
Automóvel	8.123.926	8.799.063
Responsabilidade Civil	8.051.862	7.436.252
Outras coberturas	72.064	1.362.811
Resp. Civil Geral	137	6
Proteção jurídica	17.691	21.178
Assistência	78.443	104.924
Provisão para Sinistros	1.609.173	(424.869)
Acidentes Pessoais	8.801	3.795
Doença	(30)	-
Automóvel	1.600.402	(428.664)
Responsabilidade Civil	496.203	(452.582)
Outras coberturas	1.104.199	23.918
Resp. Civil Geral	-	-
Proteção jurídica	-	-
Assistência	-	-
Total	9.888.670	8.568.449

Apresenta-se, agora, a informação quantitativa acerca do rácio de sinistralidade, rácio de despesas, rácio combinado e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos):

	2016	2015	Variação
Prémios Adquiridos	11.798.402	11.532.651	265.751
Custos com sinistros SD	9.471.094	7.853.098	1.617.995
Custos imputados função sinistros	562.942	806.302	(243.359)
Custos de exploração	2.728.106	2.605.896	122.210
Prémios de Resseguro	1.243.456	1.185.693	57.762
Rendimentos e Ganhos	474.417	818.614	(344.198)
Resultado técnico	(2.762.869)	(1.038.076)	(1.724.794)
(1) Rácio de sinistralidade	80,27%	68,09%	12,2%
(2) Rácio de despesas	27,89%	29,59%	-1,7%
(3) Rácio combinado	114,69%	100,86%	13,8%
(4) Rácio operacional	-23,42%	-9,00%	-14,4%

7. Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro

O saldo desta rubrica respeita à variação da provisão para riscos em curso, respeitante ao reforço de 37.062 euros. Em 2015, a mesma rubrica tinha apresentado um valor de 161.179 euros (referente ao reforço da provisão).

8. Custos e gastos de exploração líquidos

Seguem-se os custos e gastos de exploração líquidos, nos exercícios de 2016 e 2015:

	(valores em euros)	
	2016	2015
Custos de aquisição		
Custos imputados	2.341.045	2.268.476
Custos de aquisição diferidos (variação)	(44.422)	(186.744)
Total de custos de aquisição	2.296.623	2.081.732
Custos administrativos		
Custos imputados	431.483	524.163
Total de custos administrativos	431.483	524.163
Custos e gastos de exploração líquidos	2.728.106	2.605.896

Os custos são inicialmente contabilizados pela sua natureza (custos indiretos) e posteriormente, de acordo com uma chave de repartição, imputados às funções Aquisição, Administrativa, Sinistros e Investimentos.

A metodologia de imputação seguida no exercício de 2016 manteve-se em linha com a adotada em exercícios anteriores.

No exercício de 2016 foi efetuada a seguinte distribuição dos gastos gerais pelas várias funções:

2016 (valores em euros)					
Descrição	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Sinistros	Função Investimentos	Total
Custos com pessoal	910.635	234.469	332.360	43.153	1.520.617
Fornecimento e serviços externos	1.177.678	151.994	188.343	27.585	1.545.600
Impostos e Taxas	154.348	19.689	6.331	822	181.189
Depreciações do exercício	98.384	25.332	35.908	4.662	164.287
Juros suportados	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	10.704	10.704
Total	2.341.045	431.483	562.942	86.927	3.422.398

2015 (valores em euros)					
Descrição	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Sinistros	Função Investimentos	Total
Custos com pessoal	698.521	285.234	432.329	67.642	1.483.725
Fornecimento e serviços externos	1.289.702	176.060	282.869	38.471	1.787.101
Impostos e Taxas	159.652	13.624	16.462	1.305	191.042
Depreciações do exercício	120.601	49.246	74.643	11.679	256.169
Juros suportados	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	13.732	13.732
Total	2.268.476	524.163	806.302	132.828	3.731.769

Custos com pessoal

Em 2016 e 2015, os Gastos com o Pessoal apresentam a seguinte desagregação:

	(valores em euros)	
CUSTOS COM PESSOAL	2016	2015
Remunerações:		
Órgãos Sociais	31.967	19.658
Pessoal	1.129.283	1.118.478
Encargos sobre remunerações	255.251	246.596
Outros benefícios de longo prazo dos empregados	21.743	17.513
Benefícios de cessação de emprego	8.021	11.890
Seguros obrigatórios	28.729	28.601
Gastos de ação social	34.419	30.215
Gastos com formação	2.831	4.295
Outros gastos com pessoal	8.373	6.479
Total	1.520.617	1.483.725

O Conselho de Administração da Sociedade é composto por 3 elementos com funções executivas: Fernando Dias Nogueira, Paulo José Martins Jorge da Silva e António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo. Só o último auferir remuneração pelo cargo exercido (Nota 28).

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha ao seu serviço 63 trabalhadores (em 2015: 62), distribuídos pelas categorias profissionais constantes no quadro abaixo:

	2016	2015
Direção	1	1
Chefias não comerciais	7	6
Técnicos	5	6
Comerciais	2	1
Administrativos	45	47
Estagiários	3	1
Número médio de trabalhadores	63	62

Plano de benefícios pós-emprego (Novo CCT) – Contribuição definida

Conforme referido na Nota 2, alínea n), nos termos do estabelecido no Contrato Coletivo dos Trabalhadores do Setor Segurador, cujo texto foi publicado no BTE nº2, de 15 Janeiro de 2012, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Trata-se de um plano de contribuição definida, em que a

Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores. A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos trabalhadores que cumprem a regra referida acima.

A Companhia constituiu este Plano junto da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA., através de uma apólice de seguro de grupo denominada Plano Individual de Reforma (PIR), a qual garante todos os pressupostos previstos no contrato coletivo de trabalho, publicado no BTE nº 2, de 15 de janeiro de 2012.

O montante das contribuições de 2016 ascendeu a 21743 euros.

Fornecimento e serviços externos

A desagregação por natureza, em 2016 e 2015, é analisada como segue:

	(valores em euros)	
	2016	2015
Fornecimentos e Serviços Externos:		
Eletricidade	13.351	20.003
Combustíveis	8.585	6.554
Água	629	831
Impressos	7.018	6.146
Material de escritório	4.584	4.676
Livros e documentação técnica	138	110
Conservação e reparação	19.514	7.629
Rendas e alugueres	212.835	196.327
Despesas de representação	3.324	3.564
Comunicação	222.353	223.029
Deslocações e estadas	16.237	15.129
Seguros	8.288	6.949
Publicidade e propaganda	540.609	760.145
Limpeza, higiene e conforto	10.147	9.688
Contencioso e notariado	7.610	3.297
Vigilância e segurança	34.096	34.096
Trabalhos especializados	304.721	351.610
Quotizações da atividade	25.199	26.629
Gastos com cobrança de prémios	106.364	110.687
Total	1.545.600	1.787.101

Esta rubrica apresenta uma diminuição de 14% face ao valor homólogo (cerca de 240 mil euros), sendo sinal da maior eficiência na utilização dos recursos e dando seguimento às iniciativas de redução de custos operacionais.

Outros custos de estrutura

A decomposição dos restantes custos de estrutura, para os exercícios de 2016 e 2015, é a seguinte:

	(valores em euros)	
	2016	2015
Taxa para a ASF	28.960	28.539
Taxa - Responsabilidade Civil Automóvel	152.223	162.417
Outros	6	86
Impostos e taxas	181.189	191.042
Ativos intangíveis (Nota 20)	20.629	-
Outros ativos tangíveis (Nota 19)	143.657	256.169
Depreciações e amortizações do exercício	164.287	256.169
Juros suportados	-	-
Comissões com Gestão de Ativos	10.704	13.732
Comissões	10.704	13.732
Total	356.180	460.943

9. Rendimentos

Os rendimentos por categorias de ativos financeiros são analisados como segue:

	(valores em euros)		
	2016		
	Juros	Rendimentos	Total
Títulos de rendimento variável	-	3.973	3.973
Títulos de rendimento fixo	439.288	-	439.288
Empréstimos concedidos e contas a receber	7.206	-	7.206
Total	446.494	3.973	450.466

	(valores em euros)		
	2015		
	Juros	Rendimentos	Total
Títulos de rendimento variável	-	1.257	1.257
Títulos de rendimento fixo	730.554	-	730.554
Empréstimos concedidos e contas a receber	684	-	684
Total	731.238	1.257	732.495

10. Gastos financeiros

Na rubrica de gastos financeiros estão registados a (i) amortização à taxa efetiva dos títulos de rendimento em carteira, no valor de 71.745 euros (2015: 47.314 euros) e (ii) custos imputados à função investimentos no valor de 86.927 euros (2015: 132.828 euros) (Ver nota 8).

11. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas decompõem-se, em 2016 e 2015, como segue:

(valores em euros)			
2016			
	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos financeiros disponíveis para venda	23.950	-	23.950
Instrumentos de capital e unidades de participação	1.475	-	1.475
Títulos da dívida	22.476	-	22.476

(valores em euros)			
2015			
	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos financeiros disponíveis para venda	86.119	-	86.119
Instrumentos de capital e unidades de participação	20.100	-	20.100
Títulos da dívida	66.020	-	66.020

12. Perdas de imparidade, líquidas de reversão

Nos exercícios de 2016 e 2015 reconheceram-se as seguintes perdas de imparidade, líquidas de reversões.

(valores em euros)						
Categoria de Investimento	Nome do Título	ISIN	Imparidade a 31/12/2015	Reforço do Ano	Reversão do ano	Saldo de imparidade a 31/12/2016
Obrigações	AHS INVESTIMENTOS SGPS, S.A.	PTQ06AJM0029	156.464	29.803		186.266
Obrigações	BANCO ESPIRITO SANTO, SA-4.75%-15.01.2018	PTBENJOM0015	519.257			519.257
Obrigações	PORTEL 4.5 16/06/25	XS0221854200	-	226.270		226.270
Obrigações	PORT.TELECOM INT.FIN.-5%-04.11.2019	XS0462994343	-	653.925		653.925
UPFIM	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO CEMG	PTCMHUI00015	-	106.382		106.382
Total			675.720	1.016.381	-	1.692.101

13. Outras provisões (variação)

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica de Ajustamentos de recibos por cobrar apresenta um saldo de 6.517 euros, decorrente da libertação de 3.868 euros (em 2015 a variação seguiu a mesma tendência, no valor de 13.262 euros, resultando num saldo de 10.385 euros).

Ajustamentos e Outras Provisões	Saldo a 31/12/2015	Reforço do Ano	Libertação do ano	Saldo a 31/12/2016
Ajustamentos de recibos por cobrar	10.385	-	3.868	6.517
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	10.668	-	-	10.668
Outras Provisões	190.125	-	-	190.125
	211.178	-	3.868	207.310

Nos exercícios de 2016 e 2015 não houve movimentos a registar em Ajustamentos de créditos de cobrança.

A Provisão criada em 2015 para mitigar os efeitos de uma eventual perda, na sequência da falsificação de um cheque em que a N Seguros foi lesada, não alterou em 2016. Mantêm-se os pressupostos que existiam à data da sua criação.

14. Outros rendimentos/gastos

Segue-se informação de 2016 e 2015, referente à rubrica de Outros rendimentos/gastos:

	(valores em euros)	
	2016	2015
Multas não fiscais	-	(650)
Multas fiscais	(1.577)	-
Outros gastos	(25.584)	(24.487)
Outros gastos e perdas financeiras	(5.540)	(7.315)
Outros gastos	(32.701)	(32.452)
Rendimentos e ganhos não correntes	24.491	-
Outros rendimentos e ganhos financeiros		762
Outros	52.324	44.186
Outros rendimentos	76.816	44.948
Outros rendimentos/(gastos)	44.115	12.496

Em Outros rendimentos –“Outros”, encontram-se registados 52.197 euros decorrentes da partilha de receitas dos números 707 com a empresa AR Telecom, S.A. (valor da receita em 2015: 43.819 euros).

15. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo de Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é composto pelo seguinte:

	(valores em euros)	
	2016	2015
Caixa	15	72
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	127.209	730.852
Total	127.224	730.924

16. Ativos disponíveis para venda

O saldo desta rubrica, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é analisado como segue:

	(valores em euros)				
2016	Custo amortizado	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	6.869.091	172.929	412.537	(160.634)	6.881.386
De emissores públicos	4.019.198	80.059	-	(179.500)	3.919.757
De outros emissores	2.849.893	92.870	412.537	18.866	2.961.629
Otros títulos de rendimento variável	6.676.057	-	106.382	86.665	6.762.722
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	13.545.148	172.929	518.919	(73.969)	13.644.108
Dos quais:	Nível I	Nível II	Nível III	Total	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	3.919.757	-	-	3.919.757	
De outros emissores	2.402.830	-	558.799	2.961.629	
Obrigações de rendimento variável					
De outros emissores	-	-	-	-	
	6.322.587	-	558.799	6.881.386	
Otros instrumentos de capital e unid. Participação	6.762.722	-	-	6.762.722	
	13.085.309	-	558.799	13.644.108	

	(valores em euros)				
2015	Custo amortizado	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	10.867.438	300.092	156.464	(226.731)	10.940.799
De emissores públicos	4.059.894	80.865	-	(1.561)	4.139.198
De outros emissores	6.807.544	219.226	156.464	(225.170)	6.801.600
Otros títulos de rendimento variável	764.158	137	-	(56.054)	708.241
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	11.631.595	300.229	156.464	(282.785)	11.649.039
Dos quais:	Nível I	Nível II	Nível III	Total	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	4.139.198	-	-	4.139.198	
De outros emissores	3.117.321	-	3.684.279	6.801.600	
Obrigações de rendimento variável					
De outros emissores	50.112	-	-	50.112	
	7.306.631	-	3.684.279	10.990.911	
Otros instrumentos de capital e unid. Participação	658.129	-	-	658.129	
	7.964.760	-	3.684.279	11.649.039	

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Os ativos classificados no nível III correspondem a dívida de curto prazo, pelo que o *book value* corresponde ao seu justo valor.

O montante da reserva de justo valor, em 31 de dezembro de 2016, é de 73.961 euros negativos. Este valor não reconcilia diretamente com a reserva de justo valor dos ativos financeiros detidos para venda incluídos no capital próprio (valor registado negativo de 83.807 euros). O diferencial, no valor negativo de 9.846 euros, é decorrente de uma operação de reclassificação de ativos financeiros inicialmente classificados como disponíveis para venda para a categoria de ativos a deter até a maturidade, em 2011. Esta reclassificação fixou o valor registado na reserva de justo valor dos ativos que foram reclassificados, e que irá ser amortizado até à maturidade de todos os títulos reclassificados (ver Nota 18).

O Anexo 1 às notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras apresenta informação detalhada relativa ao inventário de participações sociais e outros ativos financeiros.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se detalhados na Nota 12.

A análise de sensibilidade da carteira de títulos a variações das taxas de juro encontra-se detalhada na nota 29 – Gestão de Riscos, na componente do Risco de Mercado.

17. Empréstimos e contas a receber

À data de 31 de dezembro de 2016, esta rubrica corresponde a um depósito a prazo na CEMG. Foi constituído em 18 de maio de 2016 e tem a duração de 275 dias.

18. Investimentos a deter até à maturidade

Na sequência da publicação da Norma Regulamentar nº 4/2011, da ASF, a qual veio alterar as regras de cálculo da solvência anteriormente instituídas pela Norma Regulamentar nº 6/2007, da ASF, a Companhia decidiu proceder à reclassificação de 29 obrigações, classificadas como ativos disponíveis para venda, para a classificação ativos a deter até à maturidade, com efeito a partir de 1 de janeiro de 2011. Em 31 de dezembro de 2016 ainda se encontram em carteira 4 obrigações.

À data da reclassificação, a Companhia tinha intenção e capacidade de deter os referidos títulos até à maturidade.

À data de 31 de dezembro de 2016 a Companhia detinha um investimento de 2.396.759 euros em investimentos desta natureza, dos quais 548.524 respeitam a ativos reclassificados no exercício de 2011.

O quadro seguinte mostra o detalhe dos ativos detidos até à maturidade em 31 de dezembro de 2016:

	(Valores em euros)				
	31-12-2016				
	Quantidade	Valor de Mercado	Custo Amortizado	Juro Decorrido	Valor Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissões públicas					
OT-4.45%-15.06.2018	100.000	106.375	97.200	2.426	99.626
OT-4.8%-15.06.2020	90.000	100.427	84.737	2.355	87.093
De outros emissores					
BANCO ESPIRITO SANTO,SA-4.75%-15.01.2018	500.000	-	-	-	-
REN-REDES ENERG.NAC.-4.125%-31.01.2018	900.000	937.953	901.164	33.981	935.145
EDP FINANCE BV-4.875%-14.09.2020	700.000	799.428	700.875	10.097	710.972
GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018	100.000	104.318	98.261	3.821	102.082
PORT.TELECOM INT.FIN.-5%-04.11.2019	880.000	259.723	259.723	-	259.723
REN FINANCE BV-4.75%-16.10.2020	200.000	229.928	200.140	1.978	202.118
Total	3.470.000	2.538.152	2.342.101	54.658	2.396.759

As obrigações PORTUCEL SA-5.375%-15.05.2020, da Navigator Company, S.A. (anterior Portucel S.A), foram, em 15 de maio de 2016, alvo de novo reembolso antecipado, amortizando-se o valor restante que ainda se encontrava no mercado.

A Companhia, que detinha em 2015, 257.143 de valor nominal destas obrigações, aceitou o reembolso antecipado.

O quadro seguinte mostra o detalhe dos ativos detidos até à maturidade em 31 de dezembro de 2015:

	(Valores em euros)				
	31-12-2015				
	Quantidade	Valor de Mercado	Custo Amortizado	Juro Decorrido	Valor Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissões públicos					
OT-4.45%-15.06.2018	100.000	110.350	95.438	2.420	97.857
OT-4.8%-15.06.2020	90.000	104.522	83.429	2.349	85.778
De outros emissores					
BANCO ESPIRITO SANTO,SA-4.75%-15.01.2018	500.000	-	-	-	-
BRISA - 4.5% - 05.12.2016	350.000	362.947	351.756	1.119	352.875
PORTUCEL SA-5.375%-15.05.2020 (1)	257.143	269.311	261.100	1.728	262.827
REN-REDES ENERG.NAC.-4.125%-31.01.2018	900.000	960.552	902.247	33.972	936.219
EDP FINANCE BV-4.875%-14.09.2020	700.000	781.683	701.130	10.070	711.200
GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018	100.000	107.515	96.737	3.820	100.557
IBERDROLA FINANZAS SAU-3.5%-13.10.2016	50.000	51.293	49.603	378	49.981
PORT.TELECOM INT.FIN.-5%-04.11.2019	880.000	480.814	887.131	6.852	893.984
RED ELECTRICA FINAN.BV-3.5%-07.10.2016	100.000	102.498	99.670	813	100.482
REN FINANCE BV-4.75%-16.10.2020	200.000	229.162	200.182	1.973	202.155
Total	4.227.143	3.560.646	3.728.423	65.492	3.793.915

19. Outros ativos tangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2016 são analisados como segue:

EM 31/12/2016

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo - Mobiliário	203.859	203.858	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas - Aparelhos e máquinas elétricas	22.417	22.417	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento informático	357.988	313.673	48.766	-	-	-	37.864	-	55.216
Instalações interiores - Obras diversas	1.542.850	1.234.285	-	-	-	-	105.794	-	202.771
Total	2.127.114	1.774.233	48.766	-	-	-	143.658	-	257.988

No decorrer do exercício foram adquiridos ativos tangíveis no valor de 48.766 euros.

No exercício de 2015 o cálculo das depreciações foi efetuado pelo método das quotas constantes, numa base anual.

Em 2016, este cálculo passou a ser efetuado pelo método de cálculo das quotas constantes, por duodécimos. A razão prendeu-se com a alteração do sistema informático utilizado para a gestão destes ativos.

Considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos ativos tangíveis detidos. No exercício de 2016 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos tangíveis.

20. Outros ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2016 são analisados como segue:

EM 31/12/2016

(valores em euros)									
RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo Final Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas com aplicações informáticas - Software									
Informático	469.481	469.481	-	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	-	-	275.059	-	-	-	20.629	-	254.430
Ativos intangíveis em curso	313.034	-	343.779	-	275.059	-	-	-	381.753
Total	782.514	469.481	618.838	-	275.059	-	20.629	-	636.183

21. Provisões técnicas, líquidas de resseguro cedido

De seguida, apresenta-se a descrição da decomposição das provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido para os exercícios de 2016 e 2015:

	(valores em euros)			(valores em euros)		
	2016			2015		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para prémios não adquiridos	2.954.694	378.629	2.576.065	2.830.605	341.973	2.488.633
Provisão para sinistros	9.668.528	603.300	9.065.228	7.752.489	457.933	7.294.556
Provisão para riscos em curso	426.451		426.451	389.389	-	389.389
Total	13.049.673	981.929	12.067.744	10.972.484	799.906	10.172.578

Provisão para prémios não adquiridos

De seguida, apresenta-se o detalhe, por ramo, da Provisão para Prémios Não Adquiridos e dos Custos de Aquisição Diferidos, para os exercícios de 2016 e 2015.

	2016			2015		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Prémios não adquiridos	3.673.286	378.629	3.294.657	3.504.775	341.973	3.162.802
Acidentes Pessoais	1.729	-	1.729	1.396	-	1.396
Doença	5.071	-	5.071	5.509	-	5.509
Automóvel	3.002.955	-	3.002.955	2.911.175	-	2.911.175
Resp. Civil Geral	1.404	-	1.404	75	-	75
Proteção Jurídica	120.787	-	120.787	113.130	-	113.130
Assistência	541.340	378.629	162.711	473.489	341.973	131.516
Custos de aquisição diferidos	(718.592)	-	(718.592)	(674.170)	-	(674.170)
Acidentes Pessoais	(338)	-	(338)	(269)	-	(269)
Doença	(992)	-	(992)	(1.060)	-	(1.060)
Automóvel	(587.458)	-	(587.458)	(559.986)	-	(559.986)
Rep. Civil Geral	(275)	-	(275)	(15)	-	(15)
Proteção Jurídica	(23.629)	-	(23.629)	(21.761)	-	(21.761)
Assistência	(105.901)	-	(105.901)	(91.079)	-	(91.079)
Total	2.954.694	378.629	2.576.065	2.830.605	341.973	2.488.633

Provisão para sinistros

A Provisão para Sinistros decompõe-se, por ramos, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, de acordo com o quadro seguinte:

	2016			2015		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para sinistros						
Acidentes Pessoais	15.016		15.016	6.305	-	6.305
Doença	-		-	30	-	30
Automóvel	9.653.512	603.300	9.050.212	7.746.155	457.933	7.288.221
Resp. Civil Geral	-		-	-	-	-
Proteção Jurídica	-		-	-	-	-
Assistência	-		-	-	-	-
Total	9.668.528	603.300	9.065.228	7.752.489	457.933	7.294.556

A provisão para sinistros inclui uma provisão, estimada no montante de 415.345 euros (em 2015 era de 366.846 euros), relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR). Inclui, ainda, uma estimativa, no montante de 252.494 euros (em 2015 era de 281.832 euros), para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

Abaixo seguem os triângulos atuariais relativos à provisão para sinistros, bem como a indicação dos montantes pagos para os anos de ocorrência.

(valores em euros)									
Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
2008	2.521.884	838.760	793.531	511.347	343.504	194.111	128.180	60.147	19.444
2009	-	6.201.632	2.600.912	1.605.871	1.474.104	1.307.783	1.043.574	610.725	551.109
2010	-	-	7.738.759	1.909.137	1.214.034	766.203	455.024	186.770	211.072
2011	-	-	-	6.997.198	1.952.212	1.207.313	1.370.455	945.859	1.067.255
2012	-	-	-	-	4.893.399	825.498	400.775	352.244	259.784
2013	-	-	-	-	-	4.204.532	962.935	661.294	776.956
2014	-	-	-	-	-	-	3.720.116	1.095.028	667.604
2015	-	-	-	-	-	-	-	3.840.423	1.370.994
2016	-	-	-	-	-	-	-	-	4.744.311
Montantes pagos para os anos de ocorrência	1.855.418	7.558.358	9.517.242	11.020.490	11.004.731	9.901.412	9.294.748	8.993.318	8.279.497

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativo a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, em 2016, é o seguinte:

(valores em euros)				
Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	Provisão para sinistros em 31/12/15 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/16 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes Pessoais	6.305	1.311	11.363	6.369
Doença	30	11.421	-	11.391
Automóvel	7.746.155	3.552.757	4.912.854	719.457
Responsabilidade Civil	7.231.856	3.540.092	4.790.310	1.098.546
Outras coberturas	514.299	12.665	122.545	(379.089)
Resp. Civil Geral	-	47	-	47
Proteção jurídica	-	6.037	-	6.037
Assistência	-	26.770	-	26.770
Total	7.752.489	3.598.344	4.924.217	770.072

* Sinistros ocorridos em 2015 e anteriores

Em 2015, a mesma decomposição foi de acordo com o seguinte quadro:

(valores em euros)				
Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	Provisão para sinistros em 31/12/14 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/15 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes Pessoais	2.510	2.106	1.247	843
Doença	30	14.641	30	14.641
Automóvel	8.078.519	3.466.398	3.911.017	(701.104)
Responsabilidade Civil	7.585.513	3.098.622	3.786.390	(700.500)
Outras coberturas	493.007	367.776	124.627	(604)
Resp. Civil Geral	-	2	-	2
Proteção jurídica	-	6.216	(228)	5.988
Assistência	-	30.795	-	30.795
Total	8.081.059	3.520.157	3.912.066	(648.835)

No final do exercício de 2016, os custos com sinistros brutos, por ramo, eram de acordo com o seguinte:

(valores em euros)				
Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2016 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes Pessoais	890	1.234	8.801	10.925
Doença	51.489	5.686	(30)	57.145
Automóvel	7.664.175	459.751	1.745.769	9.869.695
Responsabilidade Civil	7.698.507	353.355	641.570	8.693.432
Outras coberturas	(34.332)	106.397	1.104.199	1.176.264
Resp. Civil Geral	-	137	-	137
Proteção jurídica	-	17.691	-	17.691
Assistência	-	78.443	-	78.443
Total	7.716.554	562.942	1.754.540	10.034.036

Os custos com sinistros, a 31 de dezembro de 2015, eram como segue:

(valores em euros)				
Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2015 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes Pessoais	1.462	2.194	3.795	7.451
Doença	55.017	9.475	-	64.491
Automóvel	8.130.538	668.525	(337.713)	8.461.350
Responsabilidade Civil	6.926.301	509.951	(361.631)	7.074.622
Outras coberturas	1.204.236	158.574	23.918	1.386.729
Resp. Civil Geral	-	6	-	6
Proteção jurídica	-	21.178	-	21.178
Assistência	-	104.924	-	104.924
Total	8.187.016	806.302	(333.918)	8.659.400

Provisão para riscos em curso

A Provisão para riscos em curso decompõe-se, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, como segue:

(valores em euros)		
	2016	2015
Provisão para riscos em curso		
Acidentes Pessoais	-	-
Doença	-	-
Automóvel	426.451	389.389
Resp. Civil Geral	-	-
Proteção Jurídica	-	-
Assistência	-	-
Total	426.451	389.389

22. Outros devedores por operações de seguros e por outras operações

O saldo desta rubrica, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é analisado como segue:

	(valores em euros)	
	2016	2015
Recibos em cobrança (1)	1.640.562	1.770.317
Reembolsos de sinistros	20.526	25.503
Por operações de seguro direto	1.661.087	1.795.820
Pessoal	3.259	1.544
IDS (Indemnização Direta ao Segurado)	1.073.312	904.420
Outros devedores	97.726	113.204
Por outras operações	1.174.297	1.019.168
Outros devedores por operações de seguros e por outras operações	2.835.384	2.814.988

(1) A rubrica de recibos em cobrança inclui a receita antecipada não cobrada (correspondente aos recibos de prémio emitidos antes de iniciar o período de risco). Em 2016, o valor da receita antecipada à cobrança ascendeu ao valor de 1.620.540 euros (2015: 1.700.394 euros).

23. Ativos e Passivos por impostos

Em 31 de Dezembro de 2016 de 2015 as rubricas de ativos e passivos por impostos correntes apresentam a seguinte composição:

	(valores em euros)	
	2016	2015
Ativos por impostos correntes		
Reembolsos Segurança Social		861
Imposto sobre o rendimento	-	8.499
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	-	-
Total	-	9.360
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	387	-
Retenções na fonte	21.765	18.834
Imposto de selo	85.649	95.307
Taxa FGA	46.201	49.573
Taxa INEM	23.849	26.495
Taxa ASF	14.226	14.224
Contribuições para a Segurança Social e FCT	29.625	25.902
IVA	4.575	2.687
Total	226.277	233.022

O montante de impostos diferidos e correntes reconhecidos nos resultados do exercício pode ser analisado como segue:

	(valores em euros)	
	2016	2015
Imposto Corrente	16.442	14.086
Imposto Diferido	(583.666)	(8.437)
Imposto sobre o rendimento do exercício	(567.223)	5.649

Em 31 de dezembro de 2016 estima-se um imposto corrente sobre o rendimento do exercício no montante de 16.442 euros, respeitante a tributações autónomas. Neste exercício a Companhia apresenta prejuízo fiscal, pelo que não se encontra registado qualquer valor respeitante a IRC estimado do exercício, para além das tributações autónomas.

Os quadros seguintes evidenciam a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva, nos exercícios de 2016 e 2015:

	(valores em euros)	
	2016	
	Imposto	Taxa
Resultado antes de impostos - exercício de 2016	(2.714.887)	21,00%
IRC sobre o resultado antes de impostos	(570.126)	
Ajustamentos fiscais		
Tributação autónoma	16.442	
Outros	(13.539)	
Imposto sobre o rendimento do exercício	(567.223)	

	(valores em euros)	
	2015	
	Imposto	Taxa
Resultado antes de impostos - exercício de 2015	(1.202.442)	21,00%
IRC sobre o resultado antes de impostos	(252.513)	
Ajustamentos fiscais		
Tributação autónoma	13.921	
Desreconhecimento de impostos diferidos	186.378	
Outros	57.862	
Imposto sobre o rendimento do exercício	5.649	

A taxa de imposto diferido para a Companhia é analisada como segue:

	2016	2015
Taxa IRC (a)	21,0%	21,0%
Taxa Derrama Municipal	1,5%	1,5%
Taxa Derrama Estadual	-	-
Total (b)	22,5%	22,5%

(a) aplicada aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais

(b) aplicada aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias

Os impostos diferidos reconhecimentos no balanço são como segue:

	(valores em euros)			
	2016	Variação reconhecida em resultados	Variação em Capitais Próprios	2015
Impostos Diferidos Ativos	866.448	583.666	(48.148)	330.930
POR DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS	442.357	228.686	(48.148)	261.820
Reserva de justo valor	18.857	-	(48.148)	67.005
Provisões e imparidades não aceites	423.501	228.686	-	194.815
POR PREJUÍZOS FISCAIS	424.090	354.980	-	69.110
Impostos Diferidos Passivos	-	-	-	-
Impostos Diferidos Ativos/(Passivos) líquidos	866.448	583.666	(48.148)	330.930

Os impostos diferidos ativos de prejuízos fiscais por ano de caducidade são analisados como segue:

	(valores em euros)	
	2016	2015
2027		69.110
2028	354.980	
Total	354.980	69.110

O reporte de prejuízos fiscais reconhecidos nas contas de 2016 e 2015 têm por base o Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração, e têm como prazo de caducidade os exercícios de 2028 e 2027, respetivamente.

24. Acréscimos e diferimentos

Nesta rubrica do ativo e passivo estão contabilizados em 2016 e 2015 os seguintes acréscimos e diferimentos:

	(valores em euros)	
	2016	2015
Acréscimos e diferimentos ativos		
Outros acréscimos de rendimentos	24	-
Gastos diferidos com seguros	2.975	878
Outros gastos diferidos	28.996	27.740
Total	31.996	28.619
Acréscimos e diferimentos passivos		
Receita antecipada diferida	(1.620.540)	(1.700.394)
Juros a liquidar	-	-
Acréscimos de custos com remunerações	(210.174)	(183.153)
Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não faturados ou não rececionados	(145.657)	(91.601)
Total	(1.976.371)	(1.975.148)

Relativamente à receita antecipada, ver explicação na Nota 22.

O valor registado em Acréscimos de custos com fornecimentos e serviços externos respeita a custos cujas faturas ainda não chegaram à Companhia e que são referentes a ações realizadas no final do exercício.

25. Afetação dos investimentos e de outros ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar os seus investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela ASF.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a afetação dos investimentos e de outros ativos é analisada como segue:

	(valores em euros)		
	2016		
	Seguros não vida afetos	Não afetos	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	127.224		127.224
Outros investimentos financeiros			
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	2.175	2.175
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de capital e unidades de participação	6.762.722	-	6.762.722
Títulos de dívida	6.881.386	-	6.881.386
Empréstimos concedidos e contas a receber			
Outros depósitos	150.946	-	150.946
Investimentos a deter até à maturidade			
Títulos de dívida	2.396.759	-	2.396.759
Outros ativos tangíveis	51.598	206.391	257.988
Outros ativos	-	5.334.755	5.334.755
Total	16.370.635	5.543.320	21.913.955

(valores em euros)

	2015		
	Seguros não vida afetos	Não afetos	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	350.674	380.250	730.924
Outros investimentos financeiros			
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	1.448	1.448
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de capital e unidades de participação	658.129	-	658.129
Títulos de dívida	10.990.910	-	10.990.910
Empréstimos concedidos e contas a receber			
Outros depósitos	524.606	-	524.606
Investimentos a deter até à maturidade			
Títulos de dívida	3.793.915	-	3.793.915
Outros ativos tangíveis	70.576	282.304	352.880
Outros ativos	-	4.275.784	4.275.784
Total	16.388.810	4.939.786	21.328.596

A percentagem de cobertura das provisões técnicas pelos ativos afetos às provisões técnicas da Companhia é, no exercício de 2016, de 125% (2015: 149%).

Não foram efetuadas alterações nos critérios de afetação dos ativos.

26. Outros credores por operações de seguros e por outras operações

O detalhe desta rubrica, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é analisado como segue:

	(valores em euros)	
	2016	2015
Estornos a pagar	4.875	4.193
Por operações de seguro direto	4.875	4.193
Resseguradores conta corrente	106.299	104.864
Por outras operações de resseguro	106.299	104.864
Fornecedores	172.435	66.129
Pessoal	289	18
Outros credores	389.681	2.863
Por outras operações	562.405	69.010
Outros credores por operações de seguros e por outras operações	673.579	178.067

27. Capital próprio

Em 31 de dezembro de 2016, o Capital próprio da Companhia ascende ao valor de 5.798 milhares de euros.

Capital

O capital da Sociedade encontra-se representado por um milhão e quinhentos mil ações nominativas, com valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontravam subscritas e realizadas na totalidade pela Montepio Seguros, SGPS, S.A..

Reserva de reavaliação

As reservas de reavaliação são analisadas como segue:

	(valores em euros)	
	2016	2015
Reservas:		
Justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	(73.961)	(282.777)
Justo valor de ativos financeiros reclassificados	(9.846)	(15.022)
Reserva por impostos diferidos	18.857	67.005
Total	(64.950)	(230.794)

Outras Reservas

Nesta rubrica estão registados 1.688 milhares de euros em Reservas Livres e 30.214 em Reserva Legal.

Resultado por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

	(valores em euros)	
	2016	2015
Resultado Líquido do Exercício	(2.147.663)	(1.208.091)
Número total de ações (Nota 28)	1.500.000	1.500.000
Resultado por ação	-1,43	-0,81

28. Transações com partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas da N Seguros as empresas subsidiárias e associadas da Associação Mutualista Montepio Geral, bem como os membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão. São considerados elementos chave de gestão os diretores de primeira linha. Para além dos membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão são

igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas e entidades por eles controladas ou cuja gestão exercem influência significativa.

Por via da celebração de um contrato de compra e venda de ações, celebrado em 23/12/2016, a N Seguros passou a ser detida a 100% pela Montepio Seguros SGPS, SA, cujo capital é detido em 89,546% pela Montepio Geral – Associação Mutualista, 8,348% pela Lusitania, Companhia de Seguros S.A, e 2,105% pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros S.A.

Nos exercícios de 2016 e 2015 foram atribuídas as seguintes remunerações aos membros dos Órgãos sociais e Direção Executiva:

	(valores em euros)	
	2016	2015
Conselho Fiscal	12.725	12.725
	12.725	12.725
Conselho de Administração *		
Remunerações	19.160	4.493
Encargos sociais	5.039	1.748
	24.199	6.241
Direção Executiva		
Remunerações	79.250	83.313
Encargos sociais	20.843	19.961
	100.093	103.274

* Remuneração do Administrador executivo *

Em 2016, a contribuição entregue para o PIR (plano individual de reforma), a favor da Direção Executiva, perpez o valor de 908 euros.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 3 elementos com funções executivas: Fernando Dias Nogueira, Paulo José Martins Jorge da Silva e António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo. Só o último aufer remuneração pelo cargo exercido.

A remuneração do Conselho Fiscal decompõe-se da seguinte forma:

	(valores em euros)	
	2016	2015
Conselho Fiscal		
Presidente do Conselho Fiscal	4.920	4.920
1º Vogal	4.305	4.305
2º Vogal *	3.500	3.500
	12.725	12.725

(valor dos serviços prestados com IVA incluído)

* isento de IVA

Os Revisores Oficiais de Contas da Companhia, no âmbito da revisão legal de contas e outros serviços de garantia de fiabilidade, respeitantes ao reporte sobre os sistemas de controlo interno e gestão de riscos e reporte prudencial, receberam a título de honorários de 2016 o valor de 43.095 euros, excluindo IVA (Nota 8).

Atendendo ao disposto no n.º 4 do art.63º do CIRC, identificamos a seguir as partes relacionadas com as quais a N Seguros transacionou bens ou serviços nos exercícios de 2016 e 2015:

- Caixa Económica Montepio Geral
- Montepio Gestão de Ativos – SGFI, S.A.
- Montepio Crédito – Instituição Financeira de crédito S.A.
- Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
- Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Montepio Holding SGPS

Nos exercícios de 2016 e 2015, as demonstrações financeiras da Companhia incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas:

(valores em euros)							
2016							
	Lusitania	Lusitania Vida	CEMG	MONTEPIO HOLDING SGPS	MG GA	MG Credito	Total
Ativo							
Depósitos à ordem	-	-	815	-	-	-	815
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	150.946	-	-	-	150.946
Ativos Financeiros	-	-	92.620	-	-	-	92.620
Gastos Diferidos	2.975,43	-	-	-	-	-	2.975
Passivo							
Outros credores por operações de seguros e outras operações	908	-	-	-	726	99	1.733
Ganhos e Perdas							
Fornecimentos e Serviços Externos	(158.859)	(37.591)	-	-	(10.704)	(18.636)	(225.789)
Juros de investimentos	-	-	7.164	20.065	-	-	27.229
Imparidades	-	-	(106.382)	-	-	-	(106.382)

(valores em euros)							
2015							
	Lusitania	Lusitania Vida	CEMG	MONTEPIO HOLDING SGPS	MG GA	MG Credito	Total
Ativo							
Depósitos à ordem	-	-	688.994	-	-	-	688.994
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	524.606	-	-	-	524.606
Ativos Financeiros	-	-	144.100	2.596.508	-	-	2.740.608
Gastos Diferidos	878,28	-	-	-	-	-	878
Passivo							
Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.463	-	-	-	1.064	-	2.527
Ganhos e Perdas							
Fornecimentos e Serviços Externos	(187.119)	(33.409)	-	-	(13.732)	(16.373)	(250.632)
Juros de investimentos	-	-	684	96.508	-	-	97.192

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado, nas respetivas datas.

29. Gestão de riscos

O ano de 2016 fica marcado pelo início oficial do regime Solvência II, que tinha sido transposto para a legislação nacional pela Lei 147/2015 de 9 de setembro, que define o RJASR (Regime Jurídico de Acesso à Atividade Seguradora e Resseguradora). Este regime apresenta uma visão integrada da gestão de riscos das empresas de seguros e corresponde à transposição para a legislação nacional da Diretiva Comunitária Solvência II (2009/138/CE).

No âmbito deste novo regime, estão definidos relatórios narrativos específicos sobre as matérias de Gestão de Risco, Sistema de Governança e Sistema de Controlo Interno, bem como Metodologia de Avaliação em regime prudencial. São eles o Relatório SFCR (Relatório sobre Solvência e Situação Financeira) e o Relatório RSR (Relatório Regular de Supervisão).

Ambos serão elaborados com referência a 31 de dezembro de 2016 de acordo com a legislação existente e serão abordados todos os detalhes sobre a Gestão de Risco da Companhia.

Ainda assim, a N Seguros considera adequado apresentar alguns indicadores de acompanhamento de alguns riscos que são importantes para a sua atividade.

De seguida apresentar-se-ão, de forma breve, os princípios inerentes à gestão de riscos na N Seguros, os quais integram o enquadramento legal existente e a necessidade de equilibrar a gestão da performance da Companhia com a gestão dos respetivos riscos, contribuindo para um crescimento sustentável da Empresa.

Com efeito, as principais categorias identificadas para a N Seguros foram as que se seguem, definidas do seguinte modo:

a. Risco Estratégico: Risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas ao nível dos objetivos estratégicos da empresa, às estratégias de negócio desenvolvidas para atingir esses objetivos, bem como à implementação imprópria de decisões, insuficiência de recursos ou falta de capacidade de resposta às alterações em termos económicos, tecnológicos, competitivos, regulatórios ou a outras alterações ocorridas no mercado.

b. Risco Específico de Seguros: Risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

c. Risco de Mercado: Risco de movimentos adversos no valor de ativos da empresa relacionados com variações dos mercados de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor do imobiliário. Este risco inclui também os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e responsabilidades.

d. Risco de Crédito: Risco de incumprimento (*default*) ou de alteração na qualidade creditícia dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa está exposta, bem como dos devedores, prestatários, tomadores de seguro e resseguradores que com ela se relacionem. Nos casos relacionados com a qualidade creditícia, o risco deverá também ser analisado como oportunidade, no caso da alteração se revelar mais positiva do que a anterior.

e. Risco de Concentração: Risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos, linhas de negócio ou clientes, com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou de solvência da empresa.

f. Risco de Liquidez: Risco que advém da possibilidade da empresa não deter os ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários, necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores, à medida que eles se vencem.

g. Risco Operacional: Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado às perdas originadas nas operações diárias da empresa.

h. Risco de Reputação: Risco da empresa incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Resulta também do desempenho da empresa nos outros riscos.

Das várias categorias de Risco identificadas, gostaríamos de abordar, de forma sucinta, as seguintes:

Risco Específico de Seguros

Existem várias vertentes associadas a este risco, nomeadamente: o desenho de produtos e a tarifação; a subscrição; o provisionamento das responsabilidades; a gestão dos processos de sinistro e o resseguro.

Uma das subcategorias mais importantes é o risco associado à subscrição. Aí estão representados os vários tipos de riscos que estão direta ou indiretamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos atuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões.

Risco específico de seguros (antes e após resseguro), incluindo informações acerca das análises de sensibilidade efetuadas, concentrações de risco e sinistros efetivos comparados com estimativas anteriores

Com o intuito de verificar o ajustamento das estimativas de sinistros não declarados efetuadas em 2015 aos valores efetivamente verificados, apurou-se uma margem de conforto considerável:

Resumo do Custo com Sinistros IBNR Verificado Vs. Estimado

(valores em euros)

Ano Ocorrência	Utilização IBNR		
	Previstos	Verificados	Diferença
2009	0	-43.745	43.745
2010	0	-921	921
2011	0	-7.141	7.141
2012	0	-13.953	13.953
2013	15.233	102.266	-87.032
2014	50.934	14.057	36.877
2015	300.679	274.684	25.995
Total	366.846	325.246	41.600

Resumo dos sinistros IBNR de Responsabilidade Civil Verificados Vs. Estimados

	RCD Materiais			RCD Corporais			Outras Coberturas		
	Previstos	Verificados	Diferença	Previstos	Verificados	Diferença	Previstos	Verificados	Diferença
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2013	3	11	(8)	1	-	1	13	2	11
2014	14	3	11	5	-	5	3	2	1
2015	205	180	25	14	7	7	48	56	(8)
Total	222	194	28	20	7	13	64	60	4

Com o objetivo de testar a sensibilidade da variável mais relevante na Sociedade optou-se por efetuar uma alteração na taxa de sinistralidade líquida de Resseguro, onde se concluiu que uma variação de 5 pontos percentuais nesta variável (€ 415.724,45), relativamente a sinistros do exercício), implica uma alteração de € 668.087,73 no resultado.

A N Seguros realiza análises de sensibilidade às principais rubricas de custos relacionados com a gestão do negócio, avaliando os eventuais impactos nos resultados antes de impostos:

2016 Euros		Variação custos com sinistros								
Variação custos de exploração		-20%	-15%	-10%	-5%	0	5%	10%	15%	20%
	-20%	3.220	2.639	2.057	1.476	669	(218)	(1.117)	(2.016)	(2.915)
	-15%	3.103	2.522	1.940	1.359	503	(389)	(1.287)	(2.186)	(3.085)
	-10%	2.986	2.405	1.823	1.208	338	(559)	(1.458)	(2.357)	(3.256)
	-5%	2.869	2.288	1.706	1.043	170	(729)	(1.628)	(2.527)	(3.426)
	0%	2.752	2.171	1.589	877	-	(899)	(1.798)	(2.697)	(3.596)
	5%	2.635	2.054	1.472	712	(170)	(1.069)	(1.968)	(2.867)	(3.766)
	10%	2.518	1.936	1.355	547	(340)	(1.239)	(2.138)	(3.037)	(3.936)
	15%	2.401	1.819	1.238	381	(510)	(1.409)	(2.308)	(3.207)	(4.106)
	20%	2.284	1.702	1.086	216	(681)	(1.580)	(2.479)	(3.378)	(4.277)

2015 Euros		Variação custos com sinistros								
Variação custos de exploração		-20%	-15%	-10%	-5%	0	5%	10%	15%	20%
	-20%	3.125	2.555	1.984	1.414	663	(222)	(1.114)	(2.007)	(2.899)
	-15%	3.012	2.441	1.871	1.300	500	(389)	(1.282)	(2.174)	(3.067)
	-10%	2.899	2.328	1.757	1.187	335	(557)	(1.450)	(2.342)	(3.235)
	-5%	2.785	2.215	1.644	1.039	168	(725)	(1.617)	(2.510)	(3.402)
	0%	2.672	2.101	1.531	876	0	(893)	(1.785)	(2.678)	(3.570)
	5%	2.558	1.988	1.417	713	(168)	(1.060)	(1.953)	(2.845)	(3.738)
	10%	2.445	1.874	1.304	550	(335)	(1.228)	(2.121)	(3.013)	(3.906)
	15%	2.331	1.761	1.190	386	(503)	(1.396)	(2.288)	(3.181)	(4.073)
	20%	2.218	1.647	1.077	222	(671)	(1.564)	(2.456)	(3.349)	(4.241)

Para além do Risco Específico de Seguros, a N Seguros está exposta a uma variedade de riscos através dos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. Isto é, o risco financeiro a que a Companhia está exposta corresponde a uma incapacidade potencial de cumprir com as suas responsabilidades se os rendimentos gerados pelos ativos não cobrirem as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

Existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções de investimento, financiamento e de gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e não diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Risco de Mercado

Conforme definido anteriormente, o risco de mercado deriva em grande parte do nível e da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros.

Na N Seguros, a gestão do risco de mercado é feita sobretudo através dos princípios constantes na sua política de Investimento, respeitando as regras de afetação de ativos

por classe e tipo de emitente e pautando-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Em finais de 2015, a sensibilidade da carteira (*duration*) a variações de 1 ponto percentual (p.p.) da taxa de juro de mercado situava-se nos 3,64. Para 2016, a *duration* aumentou para 4,2, refletindo, essencialmente, a extensão das maturidades médias das obrigações detidas em carteira.

N Seguros	dez-15	jun-16	dez-16
<i>Duration</i>	3,64	4,3	4,23
(Em número de anos)			

Em 2016 e 2015, o impacto estimado no valor da carteira originado por uma variação de 100 *basis points* da taxa de juro apresenta a seguinte decomposição:

(valores em euros)			(valores em euros)		
2016			2015		
	-100 pb	+100 pb		-100 pb	+100 pb
Impacto:	406.527	(378.404)	Impacto:	558.482	(517.853)
Pressupostos:			Pressupostos:		
Carteira de títulos analisada		9.278.145	Carteira de títulos analisada		14.784.825
Duration		4,23	Duration		3,64
Convexidade		30,31	Convexidade		27,48
Variação Taxa de juro (bp)		100,0	Variação Taxa de juro (bp)		100,0

Risco de Crédito

Conforme anteriormente referido, o risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia das várias contrapartes.

Neste âmbito, consideramos pertinente efetuar algumas análises, nomeadamente, à qualidade creditícia do nosso painel de resseguradores, e à qualidade dos títulos de dívida em carteira.

No que diz respeito à qualidade creditícia dos resseguradores, apresentamos de seguida o rating dos elementos constantes no nosso painel.

RESSEGURADOR	2016	2015
RNA	NR	NR
COMPAGNIE SUISSE DE RÉASSURANCES	AA-	AA-
MUNCHENER RUCKVERSICHERUNGS-GESELLSCHAFT	AA-	AA-
ASSURANCES MUTUELLES DE FRANCE	A	A
MAPFRE RE	A	A
NACIONAL REASEGUROS PER AON BENFIELD	A-	A-
ODYSSEY RE PER AON BENFIELD	A-	A
PARTNER RE PER AON BENFIELD	A+	A+
R+V PER AON BENFIELD	AA-	AA-
SCOR IBERICA LTD	AA-	A+

No quadro seguinte podemos ver a qualidade dos títulos de dívida, possuídos em carteira pela Companhia:

(valores em euros)				
Rating	2016	Peso	2015	Peso
AAA	-	0%	-	0%
AA	-	0%	-	0%
AA-	-	0%	102.370	1%
A+	-	0%	-	0%
A	-	0%	-	0%
A-	-	0%	302.637	2%
BBB+	-	0%	1.495.884	10%
BBB	1.604.309	17%	1.542.432	10%
BBB-	1.137.263	12%	1.284.143	9%
BB+	4.249.151	46%	4.263.413	29%
BB	210.797	2%	141.655	1%
BB-	203.694	2%	262.827	2%
B+	-	0%	205.101	1%
B	-	0%	-	0%
B-	-	0%	-	0%
CCC	-	0%	-	0%
CCC-	-	0%	-	0%
D	351.016	4%	-	0%
n.a.	1.521.914	16%	5.184.362	35%
Total	9.278.145	100%	14.784.825	100%

Adicionalmente, efetuou-se a desagregação dos títulos de dívida pelos vários setores de atividade:

(valores em euros)				
Setor	2016	Peso	2015	Peso
Materiais Básicos		0%	312.939	2%
Comunicações	567.714	6%	1.244.660	8%
Bens de Consumo, Cíclico	316.307	3%	406.871	3%
Bens de Consumo, Não Cíclico		0%	352.875	2%
Energia	646.807	7%	1.236.887	8%
Financeiro	758.221	8%	3.353.529	23%
Estatal	4.106.475	44%	4.322.834	29%
Matérias Primas	2.113.024	23%	2.253.376	15%
Industrial	210.797	2%	312.857	2%
Diversificado	558.799	6%	987.998	7%
Total	9.278.145	100%	14 784 825	100%

De seguida, evidenciam-se os títulos de dívida por país de risco do emitente:

(valores em euros)				
País de Risco	2016	Peso	2015	Peso
ALEMANHA	0	0%	102.370	1%
ESPANHA	102.082	1%	251.020	2%
FRANÇA	316.307	3%	304.500	2%
HOLANDA	1.075.797	12%	1.066.137	7%
ITÁLIA	216.698	2%	209.021	1%
PORTUGAL	7.012.733	76%	12.299.857	83%
SUIÇA	554.527	6%	551.919	4%
Total	9.278.145	100%	14.784.825	100%

É possível verificar que os títulos de dívida de emitentes portugueses representam 76% do total.

No quadro abaixo, apresentamos os títulos de dívida pública por país:

(valores em euros)				
Dívida pública	2016	Peso	2015	Peso
ALEMANHA		0%		0%
ESPANHA		0%		0%
ITÁLIA		0%		0%
PORTUGAL	4.106.475	100%	4.322.834	100%
HOLANDA		0%		0%
FRANÇA		0%		0%
Total	4.106.475	100%	4.322.834	100%

O valor dos títulos de dívida pública encontra-se, exclusivamente, concentrado em Portugal.

Risco de Liquidez

Este risco advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com as suas responsabilidades perante tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando devidas.

No quadro seguinte, podemos verificar a maturidade dos títulos de dívida em carteira:

(valores em euros)				
Maturidade dos ativos	2016	Peso	2015	Peso
Até 12 meses	762.493	8%	4.237.728	29%
1 a 3 anos	1.396.576	15%	1.339.735	9%
3 a 5 anos	3.489.811	38%	2.622.236	18%
5 e mais anos	3.629.265	39%	6.585.126	45%
Total	9.278.145	100%	14.784.825	100%

Durante o ano de 2016, os títulos com maturidade até 3 anos diminuíram o seu peso de 38% para 23%. Os títulos com maturidades mais longas diminuíram de 45% para 39%.

As maturidades relativas aos instrumentos financeiros são analisadas como segue, para 2016 e 2015:

Risco de Liquidez 2016	Maturidade				
	Até 12 meses	1-2 anos	2-5 anos	>=5 anos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	127.224				127.224
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.175	0	0	0	2.175
Outros investimentos	2.175	0	0	0	2.175
Ativos disponíveis para venda	7.525.215	0	2.489.628	3.629.265	13.644.108
Dívida Pública			1.315.716	2.604.041	3.919.757
Outros Emissores	762.493		1.173.912	1.025.224	2.961.629
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	6.762.722	0	0	0	6.762.722
Empréstimos e contas a receber	150.946	0	0	0	150.946
Outros depósitos	150.946	0	0	0	150.946
Investimentos a deter até à maturidade	0	1.136.852	1.259.907	0	2.396.759
Dívida Pública	0	99.626	87.093	0	186.718
Outros Emissores	0	1.037.227	1.172.814	0	2.210.041
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.818.199	0	0	0	2.818.199
Total dos Ativos Financeiros	10.623.759	1.136.852	3.749.535	3.629.265	19.139.411
Outros credores por operações de seguros e outras operações	673.579	0	0	0	673.579
Total dos Passivos Financeiros	673.579	0	0	0	673.579
Líquido	9.950.180	1.136.852	3.749.535	3.629.265	18.465.832

Risco de Liquidez 2015	Maturidade				
	Até 12 meses	1-2 anos	2-5 anos	>=5 anos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	730.924				730.924
Ativos financeiros detidos para negociação					
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.448	0	0	0	1.448
Outros investimentos	1.448	0	0	0	1.448
Ativos disponíveis para venda	4.392.519	205.101	466.292	6.585.126	11.649.038
Dívida Pública			363.922	3.775.277	4.139.198
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	658.129	0	0	0	658.129
Empréstimos e contas a receber	524.606	0	0	0	524.606
Outros depósitos	524.606	0	0	0	524.606
Investimentos a deter até à maturidade	503.338	0	3.290.577	0	3.793.915
Dívida Pública	0	0	183.636	0	183.636
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.793.935	0	0	0	2.793.935
Total dos Ativos Financeiros	8.946.770	205.101	3.756.869	6.585.126	19.493.867
Passivos Financeiros	0	0	0	0	0
Outros credores por operações de seguros e outras operações	178.067	0	0	0	178.067
Total dos Passivos Financeiros	178.067	0	0	0	178.067
Líquido	8.768.703	205.101	3.756.869	6.585.126	19.315.799

Risco Operacional

Risco de perdas resultante da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Este risco está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui, ainda, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

Ao nível dos sistemas de informação, o modelo de redundância de gestão de sistemas existente na N Seguros permite à Companhia o acesso à informação em qualquer ponto do país, sem que ocorra interrupção na continuidade do negócio.

Sistema de Gestão de Risco

A estrutura de governação dos Sistemas de Gestão de Risco e de Controlo Interno da N Seguros encontra-se suportada no modelo das três linhas de defesa, permitindo, deste modo, uma gestão transversal do risco e a construção de um adequado ambiente de controlo interno:

A primeira linha de defesa, face aos riscos inerentes ao negócio, é constituída pela ação desenvolvida por todas as áreas de negócio ou de suporte da Companhia, sendo responsáveis pela gestão diária dos riscos. Este processo envolve a identificação, a avaliação e o reporte das exposições aos riscos, tendo em consideração o apetite ao risco e as políticas da Companhia.

A segunda linha de defesa inclui a Função de Gestão de Risco, que complementa as atividades de gestão de risco da primeira linha de defesa, através da monitorização e do reporte das respetivas responsabilidades. Por outro lado, é responsável pela monitorização das atividades da Companhia que possam resultar numa tomada de risco, avaliando os mesmos de forma independente da área de negócio.

A Função de *Compliance* encontra-se igualmente refletida na segunda linha de defesa, devendo monitorizar, de forma contínua, o cumprimento com a legislação, regulamentação, regras internas e políticas da Companhia.

A terceira linha de defesa consiste na Função de Auditoria Interna. Entre outros aspetos, é responsável por efetuar uma avaliação autónoma e objetiva da qualidade e eficiência do *Framework* de governação dos Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno.

Adicionalmente, o *Framework* definido determina a importância das Áreas de Gestão efetuarem uma identificação e análise crítica dos riscos. Em complemento, desta atividade, seguindo os princípios da descentralização, as Funções – Chave são responsáveis pelo bom funcionamento dos sistemas.

30. Compromissos

Em 2016, os montantes registados em Locação respeitam a contratos de locação operacional, relativos ao aluguer de viaturas sem condutor, celebrados com a empresa Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Seguem-se os valores das responsabilidades assumidas pela Companhia no exercício de 2016:

	(valores em euros)		
	2016		
	Valores dos contratos	Obrigações futuras até 1 ano	Obrigações futuras de 1 a 5
Aluguer Operacional de Viaturas	131.741	24.811	30.739
Total	131.741	24.811	30.739

Em 2016 foram registados gastos desta natureza no valor de 19.101 euros.

31. Justo valor

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

ATIVOS	(valores em euros)			
	2016		2015	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	127.224	127.224	730.924	730.924
Empréstimos concedidos e contas a receber	150.946	150.946	524.606	524.606
Investimentos a deter até à maturidade	2.396.759	2.538.152	3.793.915	3.626.138
Outros devedores	2.818.199	2.818.199	2.793.935	2.793.935
Total	5.493.128	5.634.521	14.791.594	15.223.432

PASSIVOS	2016		2015	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Passivos Subordinados	-	-	-	-
Outros Credores	673.579	673.579	178.067	178.067
Total	673.579	673.579	178.067	178.067

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cashflows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Companhia são os seguintes:

Caixa e seus equivalentes

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Empréstimos concedidos e contas a receber e devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações.

Tendo em conta que, por norma, estes ativos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes instrumentos é considerada no nível III.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes ativos financeiros e os passivos subordinados estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os investimentos detidos até à maturidade foram avaliados no nível I.

Outros passivos e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que, por norma, estes ativos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes instrumentos é considerada no nível III.

32 Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

33. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo uma percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de fevereiro de 2015).

- IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

- IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de

conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

- IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de setembro de 2014 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de dezembro de 2015.

- IFRS 5 Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice-versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

- IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto devem ser determinadas considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

- IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações "em outras partes do relatório financeiro intercalar"

As alterações esclarecem que "outras divulgações" exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de dezembro de 2015.

Esta alteração não se aplica às demonstrações financeiras da Companhia.

Exceção à consolidação (alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28)

O IASB emitiu em 18 de dezembro de 2014 e aplicável aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28, Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação, permitindo que entidades de investimento possam ficar isentas de consolidação desde que verificados determinados requisitos.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1703/2016, de 22 de setembro de 2016.

Estas alterações não são aplicáveis à Companhia.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicáveis aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (*Bearer Plants*) (emitida em 30 de junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de novembro).
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de dezembro e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2406/2015, de 18 de dezembro).

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas,

a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente,

mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o crédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Companhia encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para a Companhia

IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à Companhia.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A Companhia não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta norma.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 19 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas.
- Em 29 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas.
- Em 20 de Junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações.
- Em 8 de Dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou *joint venture* ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de Janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
31 de Dezembro de 2016

N SEGUROS, S.A.

Anexo 1

(valores em euros)

Código	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço	
							unitário*	Total
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.3 Unidades de participação em fundos de investimento							
PTCMHUI00015	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO CEMG	220.000,00			0,90	199.002,48		92.620
PTYMGHLM0004	Montepio Ac. Europa	2.457,00			47,48	116.650,86		113.252
	FUNDO COMPENSACAO TRABALHO	2.112,13			1,00	2.119,15		2.175
	sub-total	224.569,13				317.772,49		208.047
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTESOE0007	PGB 4.1% 15/04/37		289.000,00	101,98		294.714,89	98,82	285.577
PTOTESOE0013	PGB 2.20% 17/10/2022 - Tx. 2.20% (1º PAG JUROS 09/09/2015)		400.000,00	101,78		407.126,36	99,16	396.628
PTOTEKOE0011	PGB 2.875% 15/10/25 - Tx. 2.88%		887.000,00	103,30		916.305,95	95,48	846.877
PTOTENO0018	OT-4.45%-15.06.2018		100.000,00	100,40		100.397,00	99,63	99.626
PTOTECO0029	OT-4.8%-15.06.2020		90.000,00	97,33		87.593,92	96,77	87.093
XS0230315748	PARPUBLICA 3,567 09/22/20		350.000,00	100,05		350.182,00	100,15	368.015
PTOTEQOE0015	OT 5,65 02/15/2024		900.000,00	127,49		1.147.414,30	119,44	1.074.959
PTPETUOM0018	PARPUBLICA 3,75 07/05/2021		900.000,00	107,45		967.089,09	105,30	947.700
	sub-total		3.916.000,00			4.270.823,51		4.106.475
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTBITIOM0057	BCPPL 3.375 27/02/17 - Tx. 3.38%		200.000,00	102,92		205.838,74	101,85	203.694
PTGALJOE0008	GALPLP 3% 14/01/21		600.000,00	103,55		621.314,22	107,80	646.807
PTBENJOM0015	BANCO ESPIRITO SANTO,SA-4.75%-15.01.2018		500.000,00	98,52		492.606,03	0,00	0
PTRELBOE0017	REN-REDES ENERG.NAC.-4.125%-31.01.2018		900.000,00	100,54		904.856,24	103,90	935.145
PTCPEDOM0000	REFER 4,25% 12/13/2021		200.000,00	108,30		216.609,55	105,40	210.797
PTQ06AJM0029	AHS INVESTIMENTOS SGPS, S.A.		700.000,00	100,00		700.000,00	79,83	558.799
	sub-total		3.100.000,00			3.141.224,78		2.555.242
	total	224.569,13	7.016.000,00			7.729.820,78		6.869.765
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.3 Unidades de participação em fundos de investimento							
LU0011846440	BGF European €	948,00			110,97	105.201,29	105,73	100.232
LU0161305759	SCHRODER INTL EU EQ	1.716,00			62,25	106.818,21	68,11	116.869
LU0290355717	DBX II SOV EUROZ ETF	1.849,00			231,19	427.465,63	229,59	424.512
FR0010037234	LYX ETF EMTS 3-5Y DR	2.768,00			154,37	427.301,11	153,52	424.943
IE00BLNMPR11	MERCER LOW VOLATILITY EQUITY FUND	9.460,70			88,59	838.157,89	116,56	1.102.739
IE00BGY64Y71	Mercer Passive Global Equity UCITS	18.705,23			76,81	1.436.842,11	103,21	1.930.567
IE00BP3S8S98	MERCER SHORT DURATION GLOBAL BOND FUND 1	6.500,86			69,22	450.000,00	100,73	654.832
IE00BP3S8T06	MERCER SHORT DURATION GLOBAL BOND FUND 2	6.606,91			68,11	450.000,00	99,57	657.850
IE00BYNFXR72	MGI Absolute Return Fixed Income Fund	11.497,10			71,76	825.000,00	99,53	1.144.306
	sub-total	60.051,80				5.066.786,25		6.556.850
	2.2.2 Títulos de dívida							
	2.2.2.3 - De outros emissores							
XS0221854200	PORTEL 4.5 16/06/25		300.000,00	101,55		304.651,00	30,43	91.293
XS0970695572	EDP FINANCE BV-4.875%-14.09.2020		700.000,00	100,25		701.771,72	101,57	710.972
XS0479541699	GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018		100.000,00	99,87		99.867,91	102,08	102.082
XS0462994343	PORT.TELECOM INT.FIN.-5%-04.11.2019		880.000,00	102,03		897.866,66	29,51	259.723
XS0982774399	REN FINANCE BV-4.75%-16.10.2020		200.000,00	100,15		200.302,68	101,06	202.118
XS0972523947	CREDIT SUISSE 5.75 09/18/2025		500.000,00	111,95		559.765,93	110,91	554.527
XS1111324700	EDP FINANCE BV 2,625% 01/18/2022		150.000,00	104,29		156.439,11	108,47	162.706
XS1169832810	TELECOM ITALIA 3,25% 01/16/2023		200.000,00	104,46		208.913,65	108,35	216.698
FR0011965177	AIR FRANCE KLM 3,875% 06/18/2021		300.000,00	102,27		306.815,17	105,44	316.307
	sub-total		3.330.000,00			3.436.393,83		2.616.427
	total	60.051,80	3.330.000,00			8.503.180,08		9.173.277
	3 - TOTAL GERAL	284.620,93	10.346.000,00			16.233.000,86		16.043.042

* Inclui o valor dos juros decorridos

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Fernando Dias Nogueira
Presidente

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
Vogal

Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

N SEGUROS, S.A. 2016**Anexo 2**

(valores em euros)

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	Provisão para sinistros em 31/12/15 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/16 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes Pessoais	6.305	1.311	11.363	6.369
Doença	30	11.421	-	11.391
Automóvel	7.746.155	3.552.757	4.912.854	719.457
Responsabilidade Civil	7.231.856	3.540.092	4.790.310	1.098.546
Outras coberturas	514.299	12.665	122.545	(379.089)
Resp. Civil Geral	-	47	-	47
Proteção jurídica	-	6.037	-	6.037
Assistência	-	26.770	-	26.770
Total	7.752.489	3.598.344	4.924.217	770.072

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Fernando Dias Nogueira
*Presidente*António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
*Vogal*Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

N SEGUROS, S.A. 2016**Anexo 3**

Ramos/Grupos de ramos	(valores em euros)			
	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2015 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				
Acidentes Pessoais	890	1.234	8.801	10.925
Doença	51.489	5.686	(30)	57.145
Automóvel	7.664.175	459.751	1.745.769	9.869.695
Responsabilidade Civil	7.698.507	353.355	641.570	8.693.432
Outras coberturas	(34.332)	106.397	1.104.199	1.176.264
Resp. Civil Geral	-	137	-	137
Proteção jurídica	-	17.691	-	17.691
Assistência	-	78.443	-	78.443
Total	7.716.554	562.942	1.754.540	10.034.036

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Fernando Dias Nogueira
*Presidente*António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
*Vogal*Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

N SEGUROS, S.A. 2016**Anexo 4**

Discriminação de alguns valores por ramos	(valores em euros)				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos e gastos de exploração brutos	Saldo de Resseguro
Seguro Directo					
Acidentes Pessoais	26.231	25.898	10.925	6.007	
Doença	120.868	121.307	57.145	28.071	
Automóvel	9.773.295	9.681.514	9.869.695	2.236.833	68.231
Responsabilidade Civil	7.511.537	7.422.229	8.693.432	1.715.550	68.231
Outras coberturas	2.261.758	2.259.284	1.176.264	521.283	
Resp. Civil Geral	2.908	1.579	137	414	
Proteção jurídica	376.081	368.425	17.691	85.264	
Assistência	1.667.531	1.599.680	78.443	371.517	-1.129.663
Total	11.966.913	11.798.402	10.034.036	2.728.106	-1.061.432

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Fernando Dias Nogueira
*Presidente*António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
*Vogal*Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal



CERTIFICAÇÕES



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **N Seguros, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 21.913.955 euros e um total de capital próprio de 5.797.929 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.147.663 euros, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **N Seguros, S.A.** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de Dezembro de 2016, as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda totalizam 13.644.108 euros, conforme nota 16 anexa às demonstrações financeiras, representando cerca de 62% do activo.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A mensuração destes activos encontra-se ao justo valor de acordo com a respectiva política contabilística descrita na nota 2.4 e) anexa às demonstrações financeiras. No que respeita aos activos disponíveis para venda, a Entidade determina que existe imparidade quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.</p> <p>O justo valor para a maioria dos activos acima referidos que compõem a respectiva carteira de activos é determinado directamente com referência a um mercado oficial activo ou através de <i>price providers</i>. Conforme referido na nota acima referida, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efectuados pela Entidade ao nível da mensuração da sua carteira de activos disponíveis para venda;▪ Teste à valorização da carteira de activos disponíveis para venda, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade;▪ Testes para avaliar eventuais perdas por imparidade; e,▪ Avaliação das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Provisões para sinistros

Em 31 de Dezembro de 2016, a provisão para sinistros, no valor de 9.668.528 euros conforme nota 21 anexa às demonstrações financeiras, representa cerca de 60% do passivo à mesma data.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.</p> <p>As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade, conforme notas 2 j) e 3 a).</p> <p>Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros e teste à eficácia operacional dos referidos controlos numa base de amostragem.</p> <p>Adicionalmente, efectuámos testes, com vista a verificar a adequação da estimativa do valor da provisão para sinistros, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas actuariais reconhecidas (análises <i>run-off</i>).</p> <p>Avaliámos a metodologia e os pressupostos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da respectiva provisão para sinistros.</p> <p>Ainda nesta área, avaliámos o trabalho produzido e as conclusões obtidas pelo actuário responsável da Entidade e avaliámos as divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.





Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de accionistas realizada em 25 de Março de 2013 para um mandato compreendido entre 2013 e 2015. Fomos eleitos na assembleia geral de accionistas realizada em 31 de Março de 2016 para um segundo mandato compreendido entre 2016 e 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o cepticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 19 de Abril de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

19 de Abril de 2017

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2016

Exmo. Senhor Acionista,

No cumprimento das competências definidas na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal submete à sua apreciação, o Relatório da sua atividade e o seu Parecer sobre o Relatório e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2016 da N Seguros, S.A., elaborados pelo Conselho de Administração.

RELATÓRIO

1. Em 2016, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da N Seguros, S.A., através dos contactos frequentes que manteve com o Conselho de Administração. No desenvolvimento dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal contou sempre, em termos que apraz registar, com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Seguradora, na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções.
2. O exercício de 2016 fica marcado por acontecimentos atípicos que passamos a descrever:
 - Elevado nível de sinistralidade que obrigou ao reforço da Provisão para Sinistros no montante de 1.754 milhares de euros;
 - Menos valias significativas nos Ativos disponíveis para venda e nos Investimentos a deter até à maturidade, gerando imparidades no valor de 1.016 milhares de euros;
 - Consequência das situações referidas anteriormente foi o apuramento de um Resultado do Exercício, negativo, no montante 2.148 milhares de euros;
 - Efeito deste resultado negativo na situação líquida foi a redução significativa dos Capitais Próprios que se fixaram, em 31.12.2016, em 5.798 milhares de euros.
3. De destacar, ainda, no exercício de 2016, a entrada em vigor do Regime Europeu de Solvência II. Embora a publicação do Rácio de Cobertura dos Requisitos de Capital (SCR) só esteja prevista para o próximo mês de maio, é entendimento do Conselho de Administração que a N Seguros cumpre com os requisitos mínimos de capital exigidos pela nova legislação.
4. Após o encerramento do exercício, apreciámos os documentos de prestação de contas, compreendendo o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, as Demonstrações de Ganhos e Perdas, de Fluxos de Caixa, de



Alterações do Capital Próprio e do Rendimento Integral, do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como as correspondentes Notas Explicativas.

5. No cumprimento da exigência contida no artigo 63.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, o Conselho Fiscal recebeu, em tempo útil, da KPMG & Associados - SROC, S.A., a sua Confirmação de Independência, comunicando ainda todos os serviços prestados à N Seguros. Esta declaração descreve ainda os procedimentos adotados, com vista a monitorizar, de forma permanente e rigorosa, todos os serviços prestados aos seus clientes, os quais contemplam a autorização do órgão de fiscalização quando se inicia a prestação de um novo serviço.
6. O Conselho Fiscal recebeu, também, da KPMG & Associados - SROC, S.A., a Certificação Legal de Contas, emitida sem Ênfases ou Reservas, a qual contempla um relato desenvolvido sobre a auditoria das demonstrações financeiras e elencando as matérias relevantes da auditoria realizada. Como matérias relevantes, foi dado destaque à mensuração dos Instrumentos Financeiros e Provisões para Sinistros, dado o grau de materialidade destas rubricas do balanço.
7. O Conselho Fiscal recebeu, ainda, da KPMG & Associados - SROC, S.A., o Relatório Adicional a que se refere o artigo 24.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, cujas questões fundamentais decorrentes da revisão legal de contas, nos foram apresentadas em reunião realizada nas instalações da Lusitania, em 17 de abril de 2017.
8. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e respetivas Notas Explicativas, da N Seguros, S.A., respeitam as disposições legais e estatutárias aplicáveis, sendo adequados à compreensão da sua situação financeira, dos resultados apurados, dos fluxos de caixa, das alterações dos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
9. O Conselho Fiscal acompanha o Conselho de Administração no reconhecimento manifestado, no seu Relatório, às diversas Entidades enunciadas, aos membros dos restantes Órgãos Sociais e aos Trabalhadores da Seguradora.

PARECER

Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá a sua concordância ao Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras da N Seguros, S.A., referentes a 31 de dezembro de 2016, dando o seu parecer favorável a que sejam aprovados pela Assembleia Geral:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas da N Seguros, SA, relativos ao exercício de 2016;



- b) A Proposta de Aplicação de Resultados contida no Relatório de Gestão que contempla um prejuízo de 2.147.663 euros, a transferir para Resultados Transitados;
- c) Um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma eficiente como exerceu as suas funções, extensivo aos Trabalhadores pelo seu empenhamento na atividade desenvolvida.

Lisboa, 19 de abril de 2017

O Conselho Fiscal


José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni
(Presidente)


Armindo Marques Matias
(Vogal)